



**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PCdoB
COMISSÃO NACIONAL DE FORMAÇÃO – CNFP**

CURSO DE NÍVEL II

CONCEITOS BÁSICOS DO MARXISMO-LENINISMO

Apostila de Apoio

NOME: _____

Município: _____ **Estado:** _____

Período de realização do Curso: _____

Local de realização do Curso (cidade):

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PCdoB

Presidente

Renato Rabelo

Secretário Nacional de Formação e Propaganda

Adalberto Monteiro

Diretora da Escola Nacional

Nereide Saviani

Coordenação Geral do Curso

Adalberto Monteiro

Aloísio Sérgio Barroso

Altair Freitas

Augusto Buonicore

Fábio Palácio

Nereide Saviani

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
PROGRAMAÇÃO GERAL.....	05
Introdução: O Significado Histórico do Marxismo-Leninismo	
Bibliografia.....	07
Tema 01: A concepção de mundo do materialismo dialético e histórico (Núcleo: Filosofia)	
Bibliografia.....	08
Para leitura no curso - ENGELS – trechos selecionados:	
- Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.....	09
- Anti Dühring.....	11
- Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.....	14
Tema 02: Origem e desenvolvimento da sociedade (Núcleo: Estado/Classes)	
Bibliografia.....	18
Para leitura no curso:	
ENGELS, F. Carta a Bloch (1890).....	19
PCdoB. 500 anos de luta.....	21
Tema 03: A dinâmica do modo de produção capitalista (Núcleo: EP&D)	
Bibliografia.....	26
Para leitura no curso:	
BARROSO, Sérgio. O dólar e o Sistema Monetário Internacional (Anotações).....	26
Tema 04: O socialismo como necessidade histórica (Núcleo: Socialismo)	
Bibliografia	31
Para leitura no curso:	
AMAZONAS, João. O Socialismo no século XXI.....	31
Tema 05: Concepção, história e lutas do Partido Comunista (Núcleo: Partido)	
Bibliografia	35
Para leitura no curso:	
VALADARES, Loreta. Qual Partido?	36
AMAZONAS, João. Força Decisiva da Revolução e da Construção do Socialismo.....	45
PCdoB. Novo Estatuto para um PCdoB forte, disciplinado, combativo e transformador.....	50

APRESENTAÇÃO

A CNFP (Comissão Nacional de Formação e Propaganda) comunga da convicção de que um dos elos principais para fortalecer o Partido é ampliar, capacitar e formar o coletivo de quadros que constitui sua espinha dorsal. A formação é parte importante da política de quadros aprovada no 12º Congresso, em novembro de 2009.

O Curso **Conceitos Básicos do Marxismo-Leninismo** corresponde ao Nível II do currículo da Escola Nacional do PCdoB. Sua realização, pelas seções regionais ou estaduais da Escola, integra o conjunto de medidas para que o Partido, mais forte e melhor estruturado, esteja à altura dos desafios da tática mais afirmativa e audaciosa e das demais exigências de nosso tempo.

Este curso foi testado em turmas piloto quando da realização do CNQ (Curso Nacional para Quadros), em julho de 2007 e janeiro de 2008. Sua programação prevê 06 (seis) blocos. O primeiro, **introdutório**, trata do tema *O Significado Histórico do Marxismo-Leninismo*. Os demais correspondem aos referenciais temáticos trabalhados nos três níveis do currículo, elaborados e desenvolvidos pelos Núcleos de Ensino e Pesquisa. São eles: Tema 01 – *A Concepção de Mundo do Materialismo Dialético e Histórico* (Núcleo: Filosofia); Tema 02 – *Origem e Desenvolvimento da Sociedade* (Núcleo: Estado e Classes Sociais); Tema 03 – *A Dinâmica do Modo de Produção Capitalista* (Núcleo: Economia Política e Desenvolvimento – EP&D); Tema 04 – *O Socialismo como Necessidade Histórica* (Núcleo: Socialismo); Tema 05 – *Concepção, História e Lutas do Partido Comunista* (Núcleo: Partido).

O desenvolvimento do curso consta de exposições, pelos(as) professores(as), estudo individual e debates em grupos e em plenária. Nesta apostila, reproduzimos somente os textos propostos para leitura durante o curso. Os demais, que constam da bibliografia de cada tema, são apresentados como indicação para a continuidade do estudo.

Esta turma regional conta com quadros selecionados pelos Comitês Estaduais, conforme critérios fixados pela Secretaria Nacional de Organização e pela Secretaria Nacional de Formação e Propaganda: são camaradas que dirigem organismos das instâncias estaduais, municipais, distritais ou de base, atuam em funções partidárias nas várias frentes de trabalho e nas entidades dos movimentos sociais, exercem mandatos no parlamento, assumem responsabilidades em diferentes instâncias de governo.

A Escola Nacional os(as) acolhe com muito orgulho e com a expectativa de lhes oferecer importantes oportunidades de reflexão e debate sobre os fundamentos teóricos da política revolucionária do PCdoB.

Desejamos a todos(as) um excelente aproveitamento de todas as atividades previstas, com a certeza de que sua participação contribuirá para o êxito dessa tarefa, que procura dar resposta a uma necessidade imperiosa de nosso Partido.

Adalberto Monteiro
Secretário Nacional de Formação e Propaganda

Nereide Saviani
Diretora da Escola Nacional

PROGRAMAÇÃO GERAL

__ / __ (dia da semana) – a partir das ____h: Chegada dos Participantes e Credenciamento			
Dia	Horário	Atividade / Tópicos de Conteúdo	Professores (as)
__ / __ (.....)		<p>Abertura</p> <p>Aula Introdutória: O significado histórico do Marxismo-Leninismo</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Contexto do surgimento do marxismo. Fontes teóricas e partes constitutivas. 2. Elementos da História do Marxismo no Brasil 	
__ / __ (.....)		<p>FILOSOFIA: aulas / estudo / debate</p> <p>Tema 01: A Concepção de Mundo do Materialismo Dialético e Histórico</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A Filosofia como uma das partes constitutivas do Marxismo. 2. O caráter científico do marxismo, a concepção de mundo e o método materialista dialético. 3. A concepção materialista e dialética de mundo. O universo em desenvolvimento. A evolução da vida. Surgimento e evolução do Homem. 	
__ / __ (.....)		<p>ESTADO/CLASSES: aulas / estudo / debate</p> <p>Tema 02: Origem e Desenvolvimento da Sociedade</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Modo de Produção e Classes Sociais 2. Luta de Classes e Estado 3. Formação Econômica e Social do Brasil 	
__ / __ (.....)		<p>Economia Política & Desenvolvimento (EP&D): aulas / estudo / debate</p> <p>Tema 03: A dinâmica do Modo de Produção Capitalista</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- O Método da Economia Política em Marx; A Categoria Mercadoria; A Lei do Valor; O Duplo Caráter do Trabalho Materializado na Mercadoria; O Fetiche da Mercadoria; 2- A Mercadoria Dinheiro; As Fórmulas M-M, M-D-M, D-M-D' e D-D'; A Mercadoria Força de Trabalho; Taxa de Mais-Valia; Mais-Valia Absoluta; Mais-Valia Relativa; 3- A Fórmula Geral do Capital; Composição Orgânica do Capital; Taxa de Mais-Valia e Taxa de Lucro; Capitalismo: Contradição em Processo; 4- A Lei Geral da Acumulação Capitalista; A Lei da Tendência de Queda da Taxa de Lucro; As Crises Cíclicas de Superprodução; As Crises Financeiras no Neoliberalismo. 5. Aspectos históricos do desenvolvimento econômico brasileiro. 	
__ / __ (.....)		<p>SOCIALISMO: aulas / estudo / debate</p> <p>Tema 04: O Socialismo como Necessidade Histórica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Do socialismo utópico ao científico 2- Elementos da teoria da transição 3- Crises e desenvolvimento da teoria 4- O significado histórico das revoluções do século XX. Exame crítico da primeira grande experiência – a URSS: legado, fracasso e lições. A defensiva estratégica 5- A nova luta pelo Socialismo e o Programa Socialista para o Brasil 	

<p>—/— (.....)</p>		<p>PARTIDO: aulas / estudo / debate Tema 05: Concepção, História e Lutas do Partido Comunista 1-O Partido Leninista: gênese, fundamentos, valores, embates teóricos para sua afirmação. 2-Fundamentos teóricos de Tática e Estratégia e sua relação dialética 3-PCdoB: Tática mais afirmativa e audaciosa 4- PCdoB: tática atual 5- Um Partido Comunista para o nosso tempo</p>	
<p>—/— (.....)</p>		<p>Mesa: Classe, Gênero e Raça/Etnia</p>	
<p>—/— (.....)</p>		<p>Avaliação / Encerramento</p>	

Aula Introdutória

O SIGNIFICADO HISTÓRICO DO MARXISMO-LENINISMO

BIBLIOGRAFIA

- AMAZONAS, João A *Teoria se enriquece na luta por um mundo novo*. In: **Os desafios do Socialismo no século XXI**. São Paulo: Editora Anita, 1999 – p. 195-201.
- _____. *Defender e Desenvolver a Teoria Marxista: exigência da época atual*. In: **Idem** – p. 205-210.
- ENGELS., F. *Discurso diante da Sepultura de Marx*. In **Obras Escolhidas de Marx & Engels**, São Paulo, Paz e Terra, vol. 2 – pp. 349-350..
- _____. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. In **Obras Escolhidas de Marx & Engels**, São Paulo, Paz e Terra, vol. 2. (Disponível no portal www.vermelho.org.br – Biblioteca Marxista).
- LENIN, W.I. As Três Fontes e as Três partes constitutivas do Marxismo, **Obras Escolhidas**, Alfa-Omega, vol 1, pp. 35-39.
- _____. *Karl Marx*. In: **Obras Escolhidas**, Alfa-Omega, vol 1, pp. 1-27 . (Disponível no portal www.vermelho.org.br – Biblioteca Marxista).
- _____. *Friedrich Engels*. In: **Obras Escolhidas**, Alfa-Omega, vol 1, pp. 28-34 .
- _____. *As vicissitudes históricas da doutrina de Karl Marx*. **Marx Hoje. Cadernos Ensaio** N.1, 1988, 2ª ed. – pp. 85-89.
- MARX & ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*. In **Obras Escolhidas de Marx & Engels**, São Paulo, Paz e Terra, v. 1. (Disponível no portal www.vermelho.org.br – Biblioteca Marxista
- PCdoB. *Cadernos de Formação* – fichas de leitura e artigos (www.vermelho.org.br). E textos correspondentes Em especial: Manifesto do Partido Comunista; Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.

TEMA 01

A CONCEPÇÃO DE MUNDO DO MATERIALISMO DIALÉTICO-HISTÓRICO

NÚCLEO: Filosofia

BIBLIOGRAFIA

ENGELS, F. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Em: *Obras Escolhidas* de Marx & Engels, São Paulo, Paz e Terra, vol. 2 – pp. 303-336. [+ Ficha de Leitura – Cadernos de Formação – Disponível em: www.vermelho.org.br].

_____. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Em: *Obras Escolhidas* de Marx & Engels, São Paulo, Paz e Terra, vol. 2 -267-280.

_____. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Em: *Obras Escolhidas* de Marx & Engels, São Paulo, Paz e Terra, vol. 3. [Disponível em: www.vermelho.org.br]

_____. *A Dialética da Natureza [Prefácio]*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 4ª ed. – pp. 15-33. [+ Ficha de Leitura – Cadernos de Formação – Disponível em: www.vermelho.org.br].

_____. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1985, 10ª ed.

_____. *Anti Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979

LENIN, W.I., *Karl Marx*. Em: **Obras Escolhidas**, Alfa-Omega, vol 1, pp. 1-27

_____. *Friedrich Engels*. Em: **Obras Escolhidas**, Alfa-Omega, vol 1, pp. 29-34 .

_____. *Materialismo e Empiriocríticismo*. Lisboa: Edições Avante!, 1982.

MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Em: **Manuscritos Econômico – Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. Os Pensadores. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974 – pp. 107-138**. [Este texto inclui *O método da Economia Política*] [+ Ficha de Leitura – Cadernos de Formação – Disponível em: www.vermelho.org.br].

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Ed. Presença, 1974 – 2 vols.

PARA LEITURA NO CURSO:

ENGELS – TRECHOS SELECIONADOS:

- Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.
- Anti Dühring.
- Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.

LUDWIG FEUERBACH E O FIM DA FILOSOFIA CLÁSSICA ALEMÃ*

Friedrich Engels

II

A grande questão fundamental de toda filosofia, em particular da filosofia moderna, é a da relação entre o pensamento e o ser. Desde os remotíssimos tempos em que o homem, mergulhado na mais completa ignorância sobre seu próprio organismo, e excitado pelas aparições que sobrevinham em seus sonhos, chegou à idéia de que seus pensamentos e suas sensações não eram funções de seu corpo - e sim de uma alma especial que morava nesse corpo e o abandonava na hora da morte; desde essa época, o homem teve forçosamente que refletir sobre as relações dessa alma com o mundo exterior. Se, no momento da morte, ela se separava do corpo e continuava a existir, não havia razão alguma para atribuir-lhe também uma morte separada. Surgiu assim a idéia da imortalidade da alma: uma idéia que, nessa época de desenvolvimento, não aparecia absolutamente como um consôlo, mas como uma fatalidade contra a qual nada se podia fazer, e não raro, como entre os gregos, como uma verdadeira desgraça. Não foi a necessidade religiosa de um conforto moral, mas a perplexidade decorrente de uma ignorância generalizada, o fato de não se saber, após a morte do corpo, o que fazer com a alma - já que se admitira sua existência - que levou, em geral, à fábula enfadonha da imortalidade do homem. Por caminhos muito semelhantes, através da personificação das potências naturais, surgiram também os primeiros deuses que, em seguida, com o desenvolvimento da religião, passaram a tomar cada vez mais um aspecto extraterreno, até que, finalmente, por um processo natural de abstração, quase diríamos de destilação, que se produz no curso do progresso espiritual, desses numerosos deuses mais ou menos circunscritos, e cujos campos de ação se limitavam mutuamente, brotou na mente dos homens a idéia de um Deus único e exclusivo, próprio das religiões monoteístas.

O problema da relação entre o pensamento e o ser, entre o espírito e a natureza, o problema de toda a filosofia, tem assim, tanto quanto a religião, suas raízes na ignorância e nas concepções limitadas do período do selvagismo. Não pôde, entretanto, apresentar-se com toda a nitidez, nem pôde adquirir sua inteira significação, senão depois que a sociedade européia despertou do prolongado sono hibernar da Idade Média cristã. O problema da situação do pensamento em relação ao ser, problema que, aliás, teve também grande importância entre os escolásticos da Idade Média; o problema de saber-se qual é o original, se o espírito se a natureza, este problema revestia para a Igreja a seguinte forma aguda: o mundo foi criado por Deus, ou existe de toda a eternidade?

Segundo a resposta que dessem a esta pergunta, os filósofos dividiam-se em dois grandes campos. Os que afirmavam o caráter primordial do espírito em relação à natureza e admitiam, portanto, em última instância, uma criação do mundo, de uma ou de outra forma (e para muitos filósofos, como para Hegel, por exemplo, a gênese é bastante mais complicada e inverossímil que na religião cristã), firmavam o campo do idealismo. Os outros, que viam a natureza como o elemento primordial, pertencem às diferentes escolas do materialismo.

As expressões idealismo e materialismo não tiveram, de início, outro significado, e aqui jamais as empregaremos com outro sentido. Veremos, mais adiante, a confusão que se origina quando se lhes atribui outra acepção.

No entanto, o problema da relação entre o pensamento e o ser encerra ainda outro aspecto, a saber: que relação mantêm nossos pensamentos sobre o mundo que nos rodeia com esse mesmo mundo? Nosso pensamento é, de fato, capaz de conhecer o mundo real? Podemos, com nossas representações e conceitos sobre o mundo real, formar uma imagem exata da realidade? Na linguagem filosófica, essa questão é conhecida como o problema da identidade entre o pensamento e o ser e é respondida afirmativamente pela grande maioria dos filósofos. Em Hegel, por exemplo, a resposta afirmativa impõe-se por si mesma: pois, segundo esta filosofia, o que o homem conhece do mundo real é

* Texto escrito em 1886. Apresenta um panorama das correntes filosóficas na Alemanha, comentando o papel do filósofo Feuerbach no desenvolvimento do materialismo, com análise crítica de suas idéias. Nesta seleção: trechos do Capítulo II (pp. 178-181).

precisamente seu conteúdo conceitual, aquilo que faz do mundo uma realização progressiva da Idéia absoluta, a qual existiu em algum lugar desde toda a eternidade, antes do mundo e independentemente dele. E é fácil compreender que o pensamento possa conhecer um conteúdo que, já de antemão, é um conteúdo conceitual. Compreende-se assim, sem necessidade de mais explicações, que o que se trata aqui de demonstrar está já contido tacitamente em sua premissa. Isso, porém, nem de longe impede que Hegel tire de sua comprovação da identidade entre o pensamento e o ser uma outra conclusão: a de que, pelo fato de ser exata para seu pensamento, sua filosofia é também a única exata e que a identidade entre o pensamento e o ser será comprovada desde que a humanidade transplante imediatamente sua filosofia do terreno teórico ao terreno prático, transformando todo o universo segundo os princípios hegelianos. Esta é uma ilusão que Hegel de certo modo partilha com todos os filósofos.

Ao lado destes, porém, há outra série de filósofos que negam a possibilidade de conhecer o mundo, ou pelo menos de conhecê-lo de modo completo. Entre os mais modernos deles encontramos Hume e Kant, que desempenharam um papel muito importante no desenvolvimento da filosofia. Em refutação a esse ponto-de-vista, os argumentos decisivos já foram dados por Hegel, na medida em que isso podia ser feito de uma perspectiva idealista; o que Feuerbach acrescenta, do ponto-de-vista materialista, tem mais de engenhoso que de profundo. A refutação mais contundente dessas manias, como de todas as outras manias filosóficas, é a prática, principalmente a experimentação e a indústria. Se podemos demonstrar a exatidão de nossa maneira de conceber um processo natural, reproduzindo-o nós mesmos, criando-o a partir de suas condições próprias; e se, além disso, o colocamos a serviço de nossos próprios objetivos, então acabamos com a "coisa em si" inacessível de Kant. As substâncias químicas produzidas no mundo vegetal e animal continuaram sendo "coisas em si" inacessíveis até que a química orgânica começou a produzi-las, umas após outras; com isso, a "coisa em si" converteu-se em coisa para nós, como por exemplo a matéria corante da garança, a alizarina, que já hoje não se extrai da raiz daquela planta, mas obtém-se do alcatrão de hulha, por um processo muito mais barato e mais simples. Durante trezentos anos, o sistema solar de Copérnico foi uma hipótese em que se podia apostar na base de cem, mil e dez mil contra um, mas apesar de tudo uma hipótese: até que Leverrier, com os dados tomados desse sistema, não só demonstrou que deveria necessariamente existir um planeta até então desconhecido, mas ainda determinou o lugar em que esse planeta deveria encontrar-se, no firmamento; e quando, mais tarde, Galle descobriu efetivamente esse planeta (1), o sistema de Copérnico ficou demonstrado. Se, apesar disso, os neo-kantianos pretendem rejuvenescer na Alemanha a concepção de Kant e se os agnósticos querem fazer o mesmo com a concepção de Hume, na Inglaterra (onde ela nunca chegara a morrer inteiramente), essas tentativas, agora que tais doutrinas de há muito se acham teóricas e praticamente refutadas, representam cientificamente um retrocesso, e na prática, nada mais são que uma forma vergonhosa de aceitar o materialismo às escondidas e de renegá-lo em público.

Durante esse longo período, de Descartes a Hegel e de Hobbes a Feuerbach, os filósofos não avançaram impelidos apenas, como julgavam, pela força do pensamento puro. Ao contrário. O que na realidade os impelia para a frente eram, principalmente, os formidáveis e cada vez mais rápidos progressos das ciências naturais e da indústria. Nos filósofos materialistas, essa influência é visível, na própria superfície, mas também os sistemas idealistas foram impregnando-se, cada vez mais, de um conteúdo materialista e esforçavam-se por conciliar, de maneira panteísta, a antítese entre o espírito e a matéria; até que, por último, o sistema de Hegel, por seu método e por seu conteúdo, já não era mais que um materialismo posto de cabeça para baixo de forma idealista.

[...]

ANTI-DÜHRING**

Friedrich Engels

XII

[...]

Certamente, desde que nos limitemos a focalizar as coisas como se fossem estáticas e inertes, contemplando-as isoladamente, cada uma de per si, no tempo e no espaço, não descobriremos nestas coisas nenhuma contradição. Encontrar-nos-emos com determinadas propriedades, umas comuns e outras diferentes e até mesmo contraditórias entre si, mas que não encerram uma contradição verdadeira uma vez que esta se encontra distribuída entre diversos objetos. Nos limites desta zona de observação podemos aplicar o método vulgar da metafísica sem nenhum perigo. Mas a coisa é diferente se quisermos focalizar os objetos dinamicamente, acompanhando-os em sua mobilidade, vendo-os transformar-se, viver, e influir uns sobre os outros. Ao pisar neste terreno, cairemos imediatamente numa série de contradições. O próprio movimento, por si mesmo, é uma contradição; o deslocamento mecânico de um lugar para outro somente pode ser realizado por estar um corpo, ao mesmo tempo, no mesmo instante, num e noutro lugar e também pelo fato de estar e não estar o corpo ao mesmo tempo no mesmo local. A sucessão continua de contradições desse gênero, ao mesmo tempo formadas e solucionadas, é precisamente o que constitui o movimento.

Temos, pois, diante de nós, uma contradição "que existe objetivamente e que pode ser apalpada, digamos, de um modo corporal, nas coisas e nos próprios fenômenos". Que diz a este respeito o Sr. Dühring? O Sr. Dühring afirma que, até hoje, "na mecânica racional não se encontra nenhuma ponte que ligue o estritamente estático e o dinâmico". O leitor, finalmente, perceberá agora o que está oculto por detrás dessa frase da predileção do Sr. Dühring e que se resume no seguinte: A inteligência que só sabe pensar metafisicamente não pode, de modo algum, passar da idéia do repouso à idéia do movimento, porque o obstáculo da contradição lhe barra o caminho. Para os que assim pensam, o movimento é, como contradição, alguma coisa de totalmente inconcebível. E ao afirmar que o movimento é inconcebível dá como reconhecida, sem querer, a existência dessa contradição, reconhecendo, portanto, a existência de uma contradição que se encontra objetivamente nas coisas e nos fenômenos e, além disso, que esta contradição é uma força efetiva.

E, se o simples movimento mecânico, a simples mudança de um para outro lugar, contém uma contradição, suponha-se então a série de contradições que estarão contidas nas formas superiores de movimento da matéria, e, em particular, na vida orgânica e na sua evolução. Vimos atrás que a vida consiste, precisamente, essencialmente, em que um ser é, no mesmo instante, ele mesmo e outro. A vida não é, pois, por si mesma, mais que uma contradição encerrada nas coisas e nos fenômenos, e que se está produzindo e resolvendo incessantemente: ao cessar a contradição, cessa a vida e sobrevem a morte. Vimos também como, no próprio mundo do pensamento, não poderíamos estar livres de contradições, como, por exemplo, a contradição entre a capacidade de conhecimento do homem, ilimitada interiormente e a sua existência real, no seio de um conjunto de homens, cujo conhecimento é limitado e finito exteriormente. Essa contradição, no entanto, se resolve na sucessão infinita, pelo menos para nós, das gerações, num progresso ilimitado.

Como já vimos, uma das bases fundamentais das matemáticas superiores é, precisamente, a contradição, que consiste em equiparar, em certas circunstâncias, as retas às curvas. Uma outra contradição das matemáticas superiores é a que se observa quando se cruzam duas linhas; estas, na distância de cinco ou seis centímetros do ponto de interseção, se tornam linhas paralelas, que, por mais que se prolonguem, até o infinito, não se hão de encontrar. Entretanto, é por

** Escrito em 1881. Texto inconcluso. Faz duro combate as críticas de Dühring à teoria de Marx. Nesta seleção: trechos dos Capítulos XII (Dialética. Quantidade e Qualidade – pp. 102-103/106-107) e XIII (Dialética. Negação da Negação – pp. 118-119/120-121).

estas contradições e por outras, ainda mais acentuadas, não só que se encontram resultados exatos, como também se alcançam resultados perfeitamente inexequíveis nos limites das matemáticas inferiores.

[...]

Mais atrás, ao examinarmos a esquemática do mundo, vimos que, com o Sr. Dühring, se tinha passado a quase desgraça de ter reconhecido e aplicado, num momento de debilidade, essa linha nodal de desproporções, como a chama Hegel, na qual, em certos pontos, as transformações quantitativas se convertem de repente em saltos qualitativos. Citávamos um dos exemplos mais conhecidos: o da transformação dos estados da agregação da água que, sob a pressão normal do ar, ao chegar a zero centígrado, se converte de um corpo líquido em corpo sólido e aos 100°, de líquido em gasoso, caso esse que demonstra como, ao alcançar esses dois pontos decisivos, uma simples mudança quantitativa de temperatura provoca uma transformação qualitativa no corpo.

Centenas de casos como estes, tomados da natureza ou da sociedade humana, poderiam ser lembrados para demonstração dessa lei Assim, por exemplo, em *O Capital* de Marx, toda a seção 4a., dedicada ao estudo da produção da mais-valia relativa ao âmbito da corporação, da divisão do trabalho, e da manufatura, da maquinaria e da grande indústria, contém inúmeros casos de simples mudanças quantitativas que fazem transformar-se a qualidade e, de mudanças quantitativas que fazem com que se transforme a qualidade das coisas podendo-se dizer, portanto, para usar uma expressão que tanta indignação provoca no Sr. Dühring, que a quantidade se converte em qualidade e vice-versa. Temos, por exemplo, o fato de que a colaboração de muitas pessoas, a fusão de muitas forças numa só força total, cria, como diz Marx, uma "nova potência de forças" que se diferencia, de modo essencial, da soma das forças individuais associadas.

Para sua maior perplexidade, no trecho que, no interesse da verdade plena, o Sr. Dühring virou às avessas, Marx acrescenta a seguinte observação: "A teoria molecular, aplicada à química moderna e desenvolvida cientificamente pela primeira vez por Laurent e Gerhardt, descansa nesta mesma lei." O que conclui de tudo isso o Sr. Dühring? Ele sabe que "ali, onde, como acontece ao Sr. Marx, e a seu rival Lassalle, a ciência sob medidas, aliada a um pouco de filosofia rasteira, forma o mesquinho arcabouço das pretensões eruditas, ali é que se nota, precisamente, uma maior ausência dos elementos eminentemente modernos de cultura, que são os métodos das ciências naturais"; ao contrário disso, o Sr. Dühring toma sempre por base de suas investigações, como já vimos, "os dados, fundamentais das ciências exatas no campo da mecânica, da física, da química", etc. [...]

XIII

[...] Todos os povos civilizados têm em sua origem a propriedade coletiva do solo. E em todos esses povos, ao penetrar numa determinada fase primitiva, o desenvolvimento da agricultura, a propriedade coletiva converte-se num entrave para a produção. Ao chegar a este momento, a propriedade coletiva se destrói, se nega, convertendo-se, após etapas intermediárias mais ou menos longas, em propriedade privada. Mas, ao chegar a uma fase mais elevada de progresso no desenvolvimento da agricultura, fase essa que se alcança justamente devido à propriedade privada do solo, esta, por sua vez, se converte num obstáculo para a produção, conforme hoje se observa no que se refere à grande e à pequena propriedade. Nestas circunstâncias, surge, por força da necessidade, a aspiração de negar também a propriedade privada e de convertê-la novamente em propriedade coletiva. Mas esta aspiração não tende exatamente a restaurar a primitiva propriedade comunal do solo, mas a implantar uma forma muito mais elevada e mais complexa de propriedade coletiva que, longe de criar uma barreira ao desenvolvimento da produção, deverá acentuá-lo, permitindo-lhe explorar integralmente as descobertas químicas e as invenções mecânicas mais modernas.

Tomemos outro exemplo. A filosofia antiga era uma filosofia materialista, porém primitiva e rudimentar. Esse materialismo não seria capaz de explicar claramente as relações entre o pensamento e a matéria. A necessidade de se chegar a conclusões claras a respeito desse problema, levou à criação da teoria de uma alma separada do corpo e logo depois se passou à afirmação da imortalidade da alma e, por fim, ao monoteísmo. Desse modo, o materialismo primitivo se via negado pelo idealismo. Mas, com o desenvolvimento da filosofia, também o idealismo se tornou

insustentável e, por sua vez, teve de ser negado pelo materialismo moderno. Este não é, entretanto, como negação da negação, a mera restauração do materialismo primitivo, mas, pelo contrário, corresponde à incorporação, às bases permanentes deste sistema, de todo o conjunto de pensamentos, que nos provêm de dois milênios de progressos no campo da filosofia e das ciências naturais e da história mesma destes dois milênios. Não se trata já de uma filosofia, mas de uma simples concepção do mundo, de um modo de ver as coisas, que não é levado à conta de uma ciência da ciência, de uma ciência à parte, mas que tem, pelo contrário, a sua sede e o seu campo de ação em todas elas. Vemos, pois, como a filosofia é, desse modo, "cancelada", isto é, "superada ao mesmo tempo que mantida"; superada, com relação à sua forma; conservada, quanto ao seu conteúdo. Pois ali onde o Sr. Dühring não vê mais que "um jogo de palavras", se esconde, para quem sabe ver as coisas, um conteúdo e uma realidade.

Finalmente, até a teoria rousseauiana da igualdade, que tem apenas um eco apagado e falseado nas futilidades do Sr. Dühring, foi incapaz de se constituir sem os serviços de parteira da negação da negação hegeliana: e isto, mais de 20 anos antes do nascimento de Hegel. Longe de se envergonhar de tal coisa, essa teoria exhibe, quase ostensivamente, em sua primeira versão, a marca de suas origens dialéticas. No estado de natureza e de selvageria, os homens eram iguais; e como Rousseau considera já a linguagem uma deturpação do estado de natureza, tem razão quando aplica o critério da igualdade, assim como, ao mesmo tempo, pretendeu classificar hipoteticamente, como homens-bestas, sob a designação de "alalos" (seres privados de fala). Mas estes homens-bestas, iguais entre si, levavam sobre os outros animais a vantagem de serem animais perfectíveis, de terem capacidade de desenvolvimento; eis onde está, segundo Rousseau, a fonte da desigualdade. Rousseau vê, assim, no nascimento da desigualdade um progresso, mas este progresso é contraditório, pois implica, ao mesmo tempo, num retrocesso. "Todos os demais progressos (a partir do estado primitivo da natureza) foram, aparentemente, outros tantos dados para o aperfeiçoamento do indivíduo humano", mas, na realidade, o que o progredia era a decadência da espécie. A elaboração dos metais e o fomento da agricultura foram as duas artes, cuja descoberta provocou esta grande revolução". (Rousseau se refere à transformação das florestas virgens em terras e campos de trabalho, à generalização da miséria e da escravidão, como efeito da implantação da propriedade). "Para o poeta, o ouro e a prata, assim como para o filósofo o ferro e o trigo, civilizaram o homem e arruinaram o gênero humano". Cada novo avanço da civilização é, por sua vez, um novo avanço da desigualdade. Todas as instituições que nascem nas sociedades, no decorrer do processo de civilização, se convertem no inverso de sua primitiva finalidade. "É indiscutível, sendo uma lei fundamental de todo o direito político, que os povos começaram por aceitar príncipes que protegessem a sua liberdade e não que a destruíssem. Entretanto, esses príncipes se converteram, por força da necessidade, em opressores dos povos que deveriam proteger, e levaram essa opressão até um ponto em que a desigualdade, elevada ao máximo, tem que se converter novamente no contrário do que é, isto é, em fonte de igualdade: frente ao déspota, todos os homens são iguais, pois todos se reduzem a zero. "Ao chegar a essa fase, o grau máximo de desigualdade é o ponto final que, fechando o ciclo, toca já o ponto inicial do qual partimos: ao chegar a este ponto, todos os homens são iguais, pelo fato de serem nada e, como súditos, têm todos, como única lei, a vontade de seu Senhor". Mas o déspota é Senhor somente quando tem em suas mãos a força e, por isso, "no caso de ser derrotado, não pode se queixar de ter sido derrotado pelo uso da força..." "A mesma força que o susteve, o derruba, e tudo se passa, de acordo com uma causa adequada e de acordo com a ordem natural". Significa isso que a desigualdade se transforma novamente em igualdade, mas esta já não é a igualdade rudimentar e primitiva do homem "alado", em estado natural, mas é a liberdade superior do contrato social. Os opressores se convertem em oprimidos. É a negação da negação.

[...]

Que vem a ser, finalmente, a negação da negação? É uma lei extraordinariamente geral, e, por isso mesmo, extraordinariamente eficaz e importante, que preside ao desenvolvimento da natureza, da história e do pensamento; uma lei que, como já vimos, se impõe no mundo animal e vegetal, na geologia, nas matemáticas, na história e na filosofia. A esta lei, o próprio Sr. Dühring acaba por se submeter, embora sem o saber, apesar de todos os obstáculos e maldições que lança contra ela. Já se disse que o processo que atravessa, por exemplo, o grão de cevada, desde a sua germinação até que desapareça a planta a que ele deu a vida, é uma negação da negação, e, com isto, não se pretende, de modo algum, prejudicar o conteúdo concreto deste processo. Pois, se se pretendesse afirmar o contrário, quando se sabe que o próprio cálculo integral - como já vimos - é também negação da negação, seria cair no absurdo de sustentar que o processo de vida de um grão de cevada equivale ao cálculo diferencial, e o que fazemos com o cálculo diferencial poderíamos aplicar até ao socialismo. Isso é o que os metafísicos constantemente criticam na

dialética. Quando se diz que todos esses processos têm de comum a negação da negação, o que se pretende é englobar a todos, sob esta lei dinâmica, sem se prejudicar, no entanto, de modo algum, o conteúdo concreto de cada um deles. Esta não é a missão da dialética, que tem apenas por incumbência estudar as leis gerais que presidem à dinâmica e ao desenvolvimento da natureza e do pensamento.

Poder-se-ia objetar, ainda, que a negação, que se realiza neste processo, não é a verdadeira negação; um grão de cevada é também negado quando é moído, da mesma forma que um inseto é negado quando esmagado, e a grandeza positiva A quando é negada se a anula etc. Ao se negar a afirmação: "a rosa é uma rosa", quando se diz que "a rosa não é uma rosa", qual é o resultado se, logo depois, se torna a negar esta negação, para dizer: "Sim, a rosa é uma rosa"? Outros não são, com efeito, os argumentos principais levantados pelos metafísicos contra a dialética, argumentos dignos da estreiteza de horizontes, característica dessa maneira de pensar. Negar, em dialética, não consiste pura e simplesmente em dizer não, em declarar que uma coisa não existe, ou em destruí-la por capricho. Já Spinoza dizia: *Omnis determinatio est negatio*, toda determinação, toda demarcação é, ao mesmo tempo, uma negação. Além disso, em dialética, o caráter da negação obedece, em primeiro lugar, à natureza geral do processo, e, em segundo lugar, à sua natureza específica. Não se trata apenas de negar, mas de anular novamente a negação. Assim, a primeira negação será de tal natureza que torne possível ou permita que seja novamente possível a segunda negação. De que modo? Isso dependerá do caráter especial do caso concreto. Ao se moer o grão de cevada, ou ao se matar o inseto, está-se executando, inegavelmente, o primeiro ato, mas torna-se impossível o segundo. Portanto, cada espécie de coisas tem um modo especial de ser negada, que faz com que a negação engendre um processo de desenvolvimento, acontecendo o mesmo com as idéias e os conceitos. No cálculo infinitesimal, nega-se, de um modo diferente, a obtenção de potências positivas que partem de raízes negativas. Mas estes métodos diferentes de negar devem ser conhecidos e apreendidos, como acontece com todas as outras coisas. Não basta que saibamos que a muda de cevada e o cálculo infinitesimal se encontram sob as leis da negação da negação, para que possamos cultivar com sucesso a cevada ou para que possamos realizar operações de diferenciação ou integração, da mesma maneira que não nos é suficiente conhecer as leis que regem a determinação do som, pelas dimensões das cordas, para que saibamos tocar violino. Mas é evidente que não pode sair nada de um processo da negação da negação que se limite apenas à puerilidade de escrever num quadro negro um A, e logo depois apagá-lo, ou a dizer que uma rosa é uma rosa para, logo em seguida, dizer que não é. Somente se poderia provar, dessa forma, a idiotice de quem se entrega a tais divagações. Isso não obsta, porém, a que os metafísicos pretendam demonstrar que, se nos empenharmos em raciocinar sobre a negação da negação, somente poderemos utilizar este processo.

[...]

SOBRE O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DO MACACO EM HOMEM***

Friedrich Engels

Toda riqueza provém do trabalho, asseguram os economistas. E assim o é na realidade: a natureza proporciona os materiais que o trabalho transforma em riqueza. Mas o trabalho é muito mais do que isso: é o fundamento da vida humana. Podemos até afirmar que, sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem.

Há milhares de anos atrás, em época ainda imprecisa da formação da Terra, provavelmente no final do período que os geólogos qualificam de Terciário, vivia, em um lugar não identificado da zona tropical - talvez num e extenso continente hoje submerso nas águas profundas do Oceano Índico - uma raça de macacos antropomorfos, já em estado de extraordinário desenvolvimento. Darwin nos deixou uma descrição bastante pormenorizada destes nossos

*** Escrito em 1876. Visão materialista e dialética da origem do homem. Nesta seleção: pp. 267-273.

antepassados: eram animais inteiramente cobertos de pêlo, com barba, orelhas pontiagudas e que viviam nas árvores, sempre em manadas.

Devido precisamente a esta maneira de viver, em que as mãos, ocupadas para se firmarem nos galhos, desempenhavam funções diferentes das dos pés, os macacos foram, pouco a pouco, dispensando-as para o ato de caminhar no chão e assumindo desta forma uma postura cada vez mais ereta. Deu-se assim o passo decisivo na transição do macaco ao homem.

Os macacos antropomorfos de nossos dias são capazes de se manter em posição ereta e de andar apenas sobre seus pés. Só o fazem, porém, premidos pela necessidade e com enorme lentidão. Normalmente andam em posição semi-ereta, utilizando-se das mãos. Em sua grande maioria apoiam-se sobre os dedos, encolhem as pernas e projetam o corpo por entre seus compridos braços, como faz um paralítico ao usar suas muletas. Podemos, mesmo em nossos dias, observar os macacos e acompanhar as diversas fases de transição entre o caminhar a quatro patas e em posição ereta. Com a ressalva, porém, de que nenhum deles anda em posição ereta habitualmente, mas só em determinadas circunstâncias.

Pelo fato da postura ter sido, para os nossos ancestrais peludos, uma norma e depois uma necessidade, podemos inferir que naquela fase suas mãos tinham que desempenhar funções cada vez mais variadas. Portanto, a divisão de funções entre pés e mãos existe mesmo entre os macacos. Como ficou dito acima, os macacos que viviam nas árvores usavam as mãos de forma diferente do uso que faziam dos pés. As mãos são usadas basicamente para apanhar e segurar os alimentos, à semelhança do que fazem alguns mamíferos inferiores com suas patas dianteiras. Certa variedade de macacos constrói seus ninhos nas árvores com as mãos; outros tipos, como o chimpanzé, vão mais longe e constroem verdadeiros telhados sobre os galhos para se protegerem do mau tempo. É com a mão que eles empunham um pedaço de pau para se defenderem dos inimigos e lançam frutas e pedras. Quando aprisionados, conseguem realizar com as mãos muita coisa que aprendem dos homens. Mas é justamente aqui que podemos perceber a enorme diferença entre a mão primitiva do macaco, inclusive a do antropóide mais evoluído, e a mão do homem, desenvolvida através de milhares de anos de trabalho. Quanto ao número e à disposição dos ossos e músculos não há diferença entre a mão do homem e do macaco; mas se tomarmos o mais primitivos dos selvagens, ele executará com suas mãos centenas de operações que nenhum dos macacos consegue realizar. Nenhum macaco conseguiu, por exemplo, construir um machado de pedra por mais rudimentar que fosse.

Portanto, as funções que no decorrer de milhares de anos de transição do macaco para o homem foram sendo adaptadas às mãos do macaco, eram funções extremamente simples. Os selvagens mais primitivos, mesmo aqueles que se presume terem regredido a estágios próximos da pura animalidade, acompanhado por uma degenerescência física, são inegavelmente superiores aos macacos da fase de transição. Se compararmos o período que antecede o aparecimento do machado feito de lasca de sílex pela mão humana com o período histórico que conhecemos, este último torna-se insignificante diante do primeiro. Mas o passo decisivo já tinha sido dado: a mão estava livre e, daí por diante, podia evoluir em destreza e habilidade, qualidades que iriam se transmitir por hereditariedade e aumentar a cada geração.

Concluimos então que a mão não é apenas um órgão de trabalho, é também produto dele. Foi graças ao trabalho, numa fase de adaptação a novas funções e à transmissão hereditária destes aperfeiçoamentos adquiridos aos músculos e ligamentos, e mais lentamente também aos ossos; devido ao emprego sempre mais amplo, variado e complexo destas habilidades é que a mão do homem pode alcançar tal perfeição a ponto de realizar, como que por magia, os quadros de um Rafael, as estátuas de Thorwaldsen e a música de Paganini.

A mão, porém, não era uma parte independente do resto do corpo. Era membro de um organismo integrado e extremamente complexo. Os benefícios adquiridos pela mão iriam repercutir no corpo, do qual era parte, sob dois aspectos.

Primeiro, pelos reflexos da chamada correlação do crescimento, lei descoberta por Darwin. Essa lei revela que, nos seres orgânicos, determinadas formas de diferentes partes do corpo estão sempre correlacionadas com outras formas de outras partes, que aparentemente nada têm a ver com as primeiras. Para exemplificar, citemos os animais cujos glóbulos vermelhos não têm núcleos e cujo occipital se articula com a primeira vértebra por meio de dois côndilos.

Estes animais, sem exceção, dispõem de glândulas mamárias para amamentarem seus filhotes. Outro exemplo é a úngula fendida de certos mamíferos, condicionada de modo geral à presença de um estômago multiocular próprio dos ruminantes. Modificações que se verificam em determinadas formas do organismo são acompanhadas de concomitantes mudanças em outras áreas sem que possamos ainda precisar a causa de tal correlação.

Como explicar, por exemplo, o caso dos gatos inteiramente brancos e de olhos azuis que são sempre ou quase sempre surdos? O gradativo desenvolvimento da mão do homem e a correspondente adaptação dos seus pés ao andar em posição ereta acarretaram, inegavelmente, por força da lei da correlação do crescimento, conseqüências para outras partes do organismo. Dada a insuficiência dos conhecimentos atuais a respeito destes processos, só nos cabe aqui acenar para eles em termos muito vagos.

Interessa-nos mais, por se poder demonstrar concretamente, estudarmos a ação direta que a mão exerceu no desenvolvimento do organismo. Foi dito anteriormente que nossos antepassados simiescos viviam em manadas; é óbvio que não seria viável explicar-se o aparecimento do homem, o mais social dos animais, buscando-se sua origem em antepassados próximos, destituídos de instinto gregário. A cada novo progresso que representava um avanço no domínio da natureza, que havia começado com o desenvolvimento da mão, decorrente do trabalho, o homem foi alargando seus horizontes e descobrindo nas coisas outras propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, multiplicando-se circunstâncias e contingências de atividade em comum para mútuo auxílio e as vantagens para cada indivíduo, o desenvolvimento do trabalho contribuiu enormemente para que os homens consolidassem seus laços societários. Numa palavra, os homens, num determinado momento de sua evolução, tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. Dessa necessidade nasceu o órgão vocal: pouco a pouco, mas sem interrupção, a laringe do macaco, em estágio apenas incipiente, foi se modificando através de modulações, que por sua vez produziam modulações mais perfeitas e as articulações da boca evoluíam no mesmo ritmo ampliando o número de sons articulados.

Uma análise comparativa entre os homens e os animais nos leva à constatação de que esta teoria da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a que mais satisfaz. Tornando-se os animais, mesmo os mais evoluídos, observamos que o pouco que eles têm a se comunicar, é feito sem o emprego da palavra articulada. Os animais selvagens prescindem por completo da capacidade de falar ou de captar a linguagem humana. Porém, em se tratando de animais que foram domesticados pelo homem, a situação é bem diferente. O convívio, por exemplo, do cão e do cavalo com o homem, desenvolveu nestes animais uma percepção auditiva tão sensível à linguagem articulada que eles conseguem compreender, à sua maneira, qualquer idioma. E mais: começam a ter sentimentos que não tinham antes, como afeição ao dono, gratidão e outros. Para quem conhece bem os animais, não resta dúvida de que, em determinados casos, a impossibilidade de falar é sentida pelos animais mesmo como espécie de defeito ou carência. Defeito infelizmente incorrigível, pois seus órgãos vocais se desenvolveram exclusivamente numa só direção. Os animais que dispõem de órgãos apropriados poderão até superar, dentro de certos limites, estas deficiências. Embora as aves, como sabemos, possuam órgãos vocais radicalmente diferentes dos homens, são os únicos animais capazes de aprender a falar. O papagaio, por exemplo, apesar de sua voz estridente, é o que consegue falar melhor. Não vem ao caso dizer que o papagaio não entende o que fala. É claro que ele fica horas a fio repetindo monotonamente seu limitado vocabulário pelo simples prazer de falar e por seu instinto de sociabilidade. Note-se, contudo, que dentro do limite de suas representações, ele pode chegar até mesmo a compreender o que fala. Um papagaio ao qual se ensinou a falar palavrões - uma das distrações prediletas dos marinheiros que retornam das regiões tropicais - se é molestado e se irrita, põe-se a falar esses palavrões, como qualquer mulher de feira e com igual fúria, e faz o mesmo quando quer guloseimas.

O trabalho, primeiro, depois a palavra articulada, constituíram-se nos dois principais fatores que atuaram na transformação gradual do cérebro do macaco em cérebro humano que, não obstante sua semelhança, é consideravelmente superior a ele quanto ao tamanho e à sua perfeição. Ao desenvolvimento do cérebro correspondeu o desenvolvimento de seus instrumentos imediatos: os órgãos sensoriais. Da mesma forma que a evolução paulatina da linguagem foi seguida da respectiva evolução do ouvido, o desenvolvimento geral do cérebro está intimamente relacionado com o aperfeiçoamento de todos os órgãos dos sentidos. A águia dispõe de uma vista, cujo alcance é imensamente superior à vista do homem, mas no homem, o olho enxerga muito mais detalhes nas coisas do que o olho da águia. O cachorro tem o olfato infinitamente mais apurado que o do homem, no entanto não chega a perceber

nem a centésima parte dos odores que o homem distingue nas coisas e que lhe serve para diferenciá-las umas das outras. O sentido do tato, que no macaco é extremamente rudimentar, evolui enormemente no homem ao se desenvolver sua mão através do trabalho.

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a evolução da consciência cada vez mais clara, sua crescente capacidade de discernimento e abstração atuaram, por sua vez, sobre o trabalho e a palavra imprimindo-lhes um processo evolutivo maior. Mesmo após a definitiva separação do homem em relação ao macaco, tal desenvolvimento prossegue ininterruptamente, agora com diferenças de grau e de sentido entre diversos povos e diferentes épocas, freado aqui e ali temporariamente, mas, no seu todo, avançado aceleradamente com um novo impulso graças à sociedade - novo elemento surgido com o homem já plenamente caracterizado como tal.

Certamente foram necessários milhares de anos, que são menos importantes na história da Terra que um segundo apenas na vida do homem, para que daquelas manadas de macacos trepadores em árvores surgisse a sociedade humana. Mas finalmente ela surgiu e voltamos a questionar qual seria a característica distintiva entre a manada de macacos e a sociedade humana. E de novo respondemos: o trabalho. A manada de macacos satisfazia seu apetite devorando alimentos de uma determinada área geográfica, nos limites permitidos por outras manadas vizinhas.

Fazendo suas migrações, lutando com outras manadas, iam conquistando novos espaços de alimentação; eram, porém, incapazes de produzir novos alimentos, utilizando-se somente daquilo que a terra generosamente lhes oferecia, excetuando-se a colaboração inconsciente de adubar o solo com seus próprios excrementos. O crescimento demográfico da população simiesca foi tornando impossível a retirada do alimento necessário nas regiões por ela habitada; por essa razão o índice de crescimento dessa população não evoluía mais. Os animais são os grandes destruidores das reservas alimentares, pelo fato de acabarem com o germe de novas gerações vegetais e animais. Ao contrário do caçador, o lobo por exemplo, não respeita a vida da cabra montês, matriz geradora de novos cabritos para os anos seguintes; da mesma forma agem as cabras da Grécia ao devorarem os jovens arbustos antes que se desenvolvam, deixando nuas as montanhas do país. Essa "depredação rapace", efetuada pelos animais, desempenha um grande papel na mutação das espécies, porque a adaptação aos alimentos que são obrigados a ingerir para sua sobrevivência vai modificando a composição química de seu sangue, transformando conseqüentemente toda sua constituição física. Dessa forma, desempenha um papel importante na transformação gradual das espécies, que se sucedem umas às outras.

[...]

Tema 02

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

NÚCLEO: Estado / Classes

BIBLIOGRAFIA

- BUONICORE, Augusto – O Conceito de Proletariado. Notas sobre o marxismo e classes sociais.
_____ – Notas sobre o marxismo e o Estado.
_____ – A formação do Estado burguês no Brasil
_____ – Classes e Luta de Classes no Brasil
- ENGELS, F – Carta a Bloch (1890) – In: Obras Escolhidas de Marx & Engels, vol. 3.
_____ – Carta a Schimidt (1890). In: Idem.
_____ – Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado – capítulo IX – Barbárie e Civilização – penúltima parte na qual o autor faz um resumo das características do Estado.
- LÊNIN, V. I – Uma Grande Iniciativa
_____ – O Estado e a Revolução.
- MARX, K – Prefácio a Contribuição à crítica a economia política. Disponível em: www.vermelho.org.br
----- - A Guerra Civil na França.
----- - Crítica ao Programa de Gotha
- Marx, K. e Engels, F. – O Manifesto do Partido Comunista – capítulo: proletários e burgueses.
----- - A Ideologia Alemã (Feuerbach).
- PCdoB – 2º Encontro Nacional sobre a questão de Partido – Parte 1 – O conceito do proletariado itens 1 e 2.
_____ – 500 anos de luta na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos
_____ – 2º Encontro Nacional sobre a questão de Partido
- RUY, José Carlos – “Os abismos da revolução - conciliação e reforma na política brasileira” in Princípios nº49
----- – “Visões do Brasil” – in *Princípios*, nº 52 a 59, Ed. Anita Garibaldi, S.P., 1999/2000
----- - “A trajetória política da burguesia brasileira” in Princípios, nº31
----- - “Modo de produção capitalista e classes sociais no Brasil” in Princípios, nº38

OUTROS LIVROS SOBRE O BRASIL

- GORENDER, Jacob – A burguesia brasileira, Ed. Brasiliense, S.P., 1981
----- - O Escravismo Colonial, Ed. Atica, S.P., 1980
----- - A Escravidão reabilitada
- MORAES, João Quartim de – O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência” in História do Marxismo no Brasil, volume 4. Visões do Brasil
_____ A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros, in História do Marxismo no Brasil, vol. II
- MOURA, Clóvis – Rebeliões na Senzala
- PRADO JR., Caio – Evolução Política do Brasil, Ed. Brasiliense, S.P., 1980
----- - Formação do Brasil Contemporâneo
----- - História econômica do Brasil
----- - A revolução brasileira
- SAES, Décio – A formação do Estado burguês no Brasil, Ed. Paz e Terra, S.P., 1985
----- - Estado e Democracia: Ensaio teóricos, IFCH/Unicamp, 1994
- SODRÉ, Nelson W. – **A história da burguesia brasileira, Ed. Vozes, R.J., 1983**
----- - Capitalismo e revolução burguesa no Brasil, Ed. Graphia, R.J., 1997
----- - Formação histórica do Brasil
----- - Introdução à revolução brasileira, Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1967

PARA LEITURA NO CURSO:

- ENGELS, F. Carta a Bloch (1890) – In: Obras Escolhidas de Marx & Engels, vol. 3.
PCdoB. “500 anos de luta na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos”

CARTA DE ENGELS A BLOCH

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em *última instância*, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez se quer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o *único* fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc, as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua *forma*, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau.

Nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância. No entanto, as condições políticas e mesmos a tradição que perambula como um duende no cérebro dos homens também desempenham seu papel, embora não decisivo. O Estado prussiano, por sua vez, nasceu e desenvolveu-se à base de causas históricas, em última instância econômicas. No entanto, só por pedantismo se poderá afirmar que foi por imposição da necessidade econômica e não, também, pela intervenção de outros fatores que, entre os vários pequenos Estados do norte da Alemanha, coube exatamente a Bradenburgo (sobretudo pelo fato de encontrar-se envolvido, através da ocupação prussiana, na questão polonesa e, conseqüentemente, nas relações políticas internacionais, também decisivas na formação da potência dinástica da Áustria) transformar-se na grande potência em que se corporificaram as diferenças econômicas, lingüísticas e também, a partir da reforma, religiosas, entre o norte e o sul. Sem cair no ridículo, será muito difícil explicar, com apoio na economia, a existência de todos os pequenos Estados alemães do passado e do presente; ou as origens das trocas de consoantes no alto alemão, que fazem da muralha geográfica constituída pelas montanhas que se estendem dos Sudetos ao Tauno uma verdadeira linha de demarcação através da Alemanha.

Em segundo lugar, a história faz-se de tal modo que o resultado final decorre sempre dos conflitos que se estabelecem entre muitas vontades individuais, cada uma das quais é o resultado de multidão de condições de existência particulares. E, pois, de um conjunto inumerável de forças que se entrecruzam, de um grupo infinito de paralelogramas de forças que dão em conseqüência uma resultante – o acontecimento histórico –, que, por sua vez, pode ser encarado como produto de uma força única, que, como um todo, atua inconscientemente e

involuntariamente. Pois o que um deseja tropeça com a resistência oposta por outro, e o resultado de tudo isto é algo que ninguém desejava. Assim, toda a história transcorreu até hoje sob a forma de um processo natural e submetido, também, em sua essência, às mesmas leis de movimento. Não se deve, porém, deduzir que as diferentes vontades individuais sejam iguais a zero, pelo fato de que elas não alcancem o que desejam, mas se fusionem numa espécie de média geral, de resultante comum. Cada uma delas visa um objetivo a que a impelem sua constituição física e uma série de circunstâncias exteriores que, em última instância, são circunstâncias econômicas (condições particulares, suas, ou condições gerais da sociedade); e todas elas contribuem para a resultante comum e acham-se, portanto, incluídas dentro delas.

Além disso, tomo a liberdade de pedir-lhe que estude esta teoria nas fontes originais e não em obras de Segunda mão – fica, na verdade, muito mais fácil. Marx dificilmente escreveu um único trabalho em que esta teoria não desempenhasse seu papel. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* constitui, em particular, um exemplo magnífico de sua aplicação. Há também muitas referências, neste sentido, em *O Capital*. Além disso, permito-me sugerir-lhe ainda minhas obras *A Subversão da Ciência pelo Sr. E. Dühring* e *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, em que está contida a exposição mais minuciosa que conheço sobre o materialismo histórico.

Se os mais jovens insistem, às vezes, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e de oportunidade para dar a importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e das reações. Tão logo, porém, se devia analisar uma época histórica – e, portanto, aplicar esse princípio, na prática –, as coisas mudavam e desaparecia a possibilidade de erro. Infelizmente, acontece com muita frequência que se pense ter compreendido totalmente uma nova teoria e que se possa manejá-la, sem mais nem menos, pelo simples fato de haver-se assimilado – e nem sempre de maneira exata – suas teses fundamentais. Não se acham isentos dessa censura muitos dos novos ‘marxistas’, e assim se explicam certas coisas espantosas que surgem por aí. [...].

Em A "Contribuição à crítica da economia política" de Karl Marx, Engels diz que ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais se chocam com as relações de produção existentes., ou, o que não é mais do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela ...

Obs.: Escrita em 21/22 de setembro de 1890, em Londres

500 anos de luta

Por Partido Comunista do Brasil*

Na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos O dia 22 de abril de 2000 assinala os 500 anos do desembarque de navegadores portugueses no litoral da Bahia. O Partido Comunista do Brasil comemora esta data que marca o início da formação do Brasil e do povo brasileiro com a convicção de que este é um momento privilegiado para a reflexão sobre a nação e as dificuldades que a atual conjuntura mundial opõe à sua afirmação soberana.

NESTA OCASIÃO, o PCdoB homenageia o povo brasileiro e seus heróis, protagonistas da história e criadores da nacionalidade.

Nação nova, entre tantas outras de civilização e cultura milenares, a despeito de estruturas sociais e políticas arcaicas que persistem, o Brasil é resultado do convívio histórico de gerações sucessivas que forjaram uma cultura original, base de uma civilização flexível, criativa, aberta e assimiladora, temperada pelos conflitos e lutas que pontuaram a trajetória de milhões de homens e mulheres que aqui viveram, trabalharam e agiram através dos séculos.

O povo é o herói e o autor da nacionalidade

O povo brasileiro é o autor e o herói dos avanços ocorridos em nosso país; ele resulta do amálgama de povos do Novo e do Velho mundos. O processo histórico desta formação foi doloroso, brutal, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada. Mas o resultado é grandioso: um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade e assimilar as diferenças, que tem uma contribuição efetiva a oferecer à convivência entre os seres humanos.

Com o passar dos séculos, a mescla da base de cultura popular, de origem índia e africana, fundiu-se com os elementos europeus dominantes, gerando a cultura brasileira, marcando nossa gente com costumes, fé religiosa e formas de expressão que, aqui refundidas, representam a imagem mais característica dos brasileiros entre os demais povos.

A história destes 500 anos desmente as teses falsas que atribuem aos brasileiros uma "índole pacífica". A luta pela liberdade, pelos direitos do povo, contra a opressão estrangeira e a tirania, foi a marca da resistência popular. O movimento da história resultou, ao longo dos séculos, do conflito entre o povo e a elite dominante, colocada quase sempre em campo oposto ao da nação. Em geral a elite se opôs aos movimentos de transformação que ferissem seus interesses, limitando o alcance das mudanças ocorridas, fator de atraso no desenvolvimento do país. É significativo, neste particular, a profunda opressão cultural que impôs ao povo brasileiro que, em 500 anos de história, viveu 308 anos sem ter tipografias, imprensa ou escola superior e 434 anos sem uma universidade digna desse nome.

O povo brasileiro defendeu-se, muitas vezes de armas na mão, contra a opressão, a tirania e a ameaça externa, marcando a história com o fio vermelho do sangue que derramou, desde a resistência indígena e dos africanos contra a escravização, até as lutas operárias e populares características de nosso tempo.

Esse processo conflitivo e cruento teve início com a resistência dos índios contra a escravização, no início da colonização. Os africanos escravizados foram também protagonistas pioneiros da luta pela liberdade no Brasil, deixando exemplos de heroísmo insuperável, como o quilombo de Palmares, ou a grande Revolta dos Malês, de 1835, em Salvador.

A idéia, vitoriosa, de uma nação autônoma e um povo livre germinou e se fortaleceu no conflito contra o domínio colonial. Um de seus marcos, momento criativo e de afirmação histórica da nacionalidade, ocorreu no século 17, com a expulsão dos holandeses que ocuparam o Nordeste, ocasião em que todo o povo se mobilizou e a elite agiu como uma liderança nacional autêntica. Todas as forças da Colônia - clero, camadas pobres, índios e até mesmo escravos e

negros livres - uniram-se na campanha vitoriosa que derrotou, sem a ajuda de Portugal, a principal potência econômica, política e militar de então, a Holanda.

Rupturas incompletas

O Brasil viveu, ao longo da história, momentos de ruptura institucional, ocasiões de efervescência revolucionária que mobilizaram o povo e as forças ligadas ao progresso. Entretanto, o rompimento com as forças do passado nunca foi completo. Foram rupturas que, ao colocar o país e o povo em uma situação nova, mais avançada, por outro lado mantinham vivas e atuantes as mesmas velhas forças que dominaram no passado que acabava de ser superado.

A Independência foi um movimento desse tipo. Figura, na versão oficial, como doação da Casa de Bragança. Mas a história ensina que, ao contrário, ela foi conquistada pelas jornadas populares do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Recife, e nos campos de batalha, na Bahia, Maranhão e Piauí, onde o colonizador foi derrotado militarmente.

O rompimento com a opressão colonial tem raízes nas guerras do século XVII contra os holandeses; na Inconfidência Mineira de 1789, que projeta o perfil heróico do alferes Tiradentes; na Conjuração Baiana de 1798, ainda mais avançada, com bases populares e plataforma abolicionista. E deságua num primeiro ciclo revolucionário, de 1817 a 1850, quando o país vive uma vaga de revoluções como, entre muitas outras, a República de 1817; a Confederação do Equador, de Frei Caneca, e a Revolução Praieira, com centro em Pernambuco; as insurreições de escravos; a Guerra de Independência e a República Bahiense, no Recôncavo Baiano; a gigantesca epopéia popular da Cabanagem, na Amazônia; a Balaiada dos escravos e pobres livres do Maranhão e Piauí; a Revolução republicana dos Farroupilhas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O processo da Independência do Brasil é fruto dessas e outras jornadas rebeldes. Passa pelo episódio do 7 de Setembro de 1822, mas vem de muito antes e vai até muito depois.

A conquista da autonomia política não significou, porém, a derrota dos setores agro-mercantis, aliados internos da exploração estrangeira, formados durante o período colonial e que lograram dominar o processo da Independência, continuando vivos e atuantes à frente da política, da economia e da sociedade. O projeto autonomista e avançado de José Bonifácio foi deixado de lado, superado pelo programa dos latifundiários, dos traficantes de escravos e dos interesses dinásticos da Casa de Bragança. Assim, o ciclo rebelde do século XIX não alcança a vitória, e a reação colonial e monárquica afogou em sangue, uma a uma, as revoluções localizadas que, embora com causas e objetivos comuns, não conseguiram se articular num movimento único. O Brasil que emerge dessa derrota é uma monarquia escravista e um baluarte reacionário.

O predomínio conservador não eliminou o anseio pela liberdade e pela democracia, que logo assumiu claramente a luta pela abolição, pela divisão das terras, pela autonomia do país e pela república. A abolição resultou de um vasto movimento de massas, que incluiu os escravos rebelados contra aquele estatuto iníquo, os setores médios das cidades, a intelectualidade avançada e os primeiros elementos da classe operária, luta onde se destacam Joaquim Nabuco e Luís Gama. Foi uma conquista que eliminou o escravismo, criando condições propícias para a transição para o modo de produção capitalista no país.

A obra renovadora da abolição foi completada pela instauração da República, apontando para um desenvolvimento democrático e autônomo. Ela correspondeu a um anseio nacional antigo, mas foi conquistada sob hegemonia de políticos moderados, ligados à elite modernizante, que preferiram mobilizar o Exército para expulsar o imperador, deixando de lado o povo e seus líderes, como Silva Jardim, Lopes Trovão, Raul Pompéia e tantos outros tribunos democráticos, afastados do movimento de 15 de novembro. Derrotada a monarquia, a República ficou, depois de muita luta, sob o domínio das forças conservadoras. Sua história foi marcada pelo conflito entre o mesmo programa arcaico das oligarquias, do colonialismo, da subordinação do Brasil aos interesses estrangeiros, e o programa republicano conseqüente e radical, voltado ao atendimento das demandas do país e às necessidades dos brasileiros, encarando o poder do Estado como instrumento para promover a democracia, a integração nacional, o desenvolvimento, a distribuição de terras e a afirmação da independência nacional.

Outro momento marcante da história foi o movimento de 1930, que derrotou a República Velha das oligarquias. Foi o

fecho de um processo contraditório que se manifestou já nos primeiros governos republicanos, quando o projeto de modernização foi derrotado, conflito cujo desenvolvimento levou, na década de 1920, ao primeiro sinal forte da necessidade de democratização do Brasil e da conquista de sua independência completa: o Levante do Forte de Copacabana, de 1922, início do movimento tenentista e marco da efervescência política dos anos 20, cujo ponto alto foi a heróica Coluna Prestes/Miguel Costa, que percorreu o interior do país resistindo às forças oligárquicas que dominavam o governo federal.

A luta pelas transformações já tinha a forma aguda da moderna luta de classes, opondo de um lado os setores mais avançados do proletariado, dos trabalhadores rurais, do povo, de facções democráticas, progressistas e nacionalistas da elite, à aliança dos proprietários (latifundiários, industriais, banqueiros, altos funcionários da administração pública civil e militar) e seus aliados externos.

O ano de 1922 sinaliza o início do rompimento com o passado no campo da política, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, emblema da consciência de classe revolucionária do proletariado brasileiro, que se pôs em pé com um programa de transformação radical, a substituição do capitalismo pelo socialismo.

Eram sinais das mudanças que ocorriam nas camadas mais profundas da formação social brasileira, um movimento que levou, em 1930, ao início de uma nova fase na história do país. Nele, a tradição brasileira de transformações incompletas manifestou-se outra vez. As forças dissidentes das classes dominantes, no comando daquele movimento, atendendo a seu próprio interesse de classe, afastaram os trabalhadores e o povo do movimento transformador. O proletariado avançava em todo o mundo, inspirado pela Revolução Russa de 1917 e pela construção do primeiro Estado socialista, exemplo que acentuava o temor que a elite tinha dos trabalhadores. Era mais aconselhável e prudente, pensavam os novos governantes, apoiar-se na força militar e policial do que mobilizar as massas num movimento que poderia tornar-se incontrolável. Por isso, disse um líder liberal de então, " façamos a revolução antes que o povo a faça".

A despeito de seus limites, o movimento de 1930 introduziu o Brasil no século XX, dando impulso decisivo para a consolidação do capitalismo no país. O governo então instaurado reconheceu direitos sociais que operários e sindicatos exigiam há muito tempo; abriu caminho à industrialização e à modernização econômica e social do Brasil, rompendo, mesmo que moderadamente, com as imposições estrangeiras e com as exigências dos aliados internos do imperialismo.

Apesar das medidas de caráter democrático-buguês que adotou, o novo governo, dirigido por setores da burguesia e facções dissidentes da oligarquia agrária, mantém o monopólio da posse da terra e não impede a penetração do imperialismo no país, sem conseguir equacionar em profundidade os principais problemas que afligiam o povo. Cresciam também a ameaça fascista e contra a democracia, contra as quais surgiu, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora, uma frente única que congregou amplas forças sociais na luta contra a ameaça fascista. A ação anti-democrática do governo levou à implantação da Lei de Segurança Nacional contra o movimento democrático e progressista e, em 1937, à instauração do Estado Novo. Após o início da II Guerra Mundial, e principalmente depois da agressão hitlerista à União Soviética, forças populares e patrióticas iniciaram grandes ações de massa contra o fascismo e em defesa da democracia, forçando a entrada do Brasil na guerra contra o nazifascismo e ao fim do Estado Novo, em 1945.

Abria-se nova etapa, democrática, na vida brasileira, na qual - apesar das conquistas alcançadas, registradas principalmente na Constituição de 1946 - os setores mais reacionários das classes dominantes continuaram ativos, tendo forte presença nas Forças Armadas. A conquista de liberdades democráticas, mesmo limitadas, levou ao crescimento da influência das forças progressistas. Sua principal expressão foi a atuação do Partido Comunista do Brasil, que elegeu uma notável bancada naquela Constituinte, obteve cerca de 10% dos votos na eleição presidencial de 1945, e em 1947 elegeu inúmeros vereadores em grandes cidades brasileiras.

A vida brasileira foi marcada, naqueles anos, por grandes campanhas de massa, dirigi das pelos comunistas, cujo alvo eram o imperialismo norteamericano e a reação interna: a luta pela saída dos militares norteamericanos de bases no Nordeste, a campanha O Petróleo É Nosso, a luta pela reforma agrária e pela consolidação da democracia, os movimentos contra a carestia e por melhores condições de vida para os trabalhadores. A consciência nacional elevou-

se e cresceu a compreensão de que o imperialismo norte-americano tomara-se o principal inimigo da nação.

Esse movimento democrático e antiimperialista intensifica-se no início dos anos 60, sendo o maior movimento de massas até então realizado no Brasil. Foi contra ele que a facção mais reacionária e conservadora das classes dominantes, aliada aos interesses estrangeiros e por eles apoiada, implantou a ditadura militar de 1964, aprofundando a subordinação do Brasil aos interesses do imperialismo, particularmente norte-americano, e eliminando arbitrariamente aquelas limitadas conquistas sociais e democráticas alcançadas. A ditadura sanguinária de 1964 durou 21 anos. Foi derrotada pelo movimento democrático de massas, a resistência armada do Araguaia, a luta pela Anistia política, pela Constituinte, o movimento estudantil, as greves operárias em 1978/1980, e pelas multidões que, em 1984, exigiram Diretas-Já. Apesar das manipulações espúrias que evitaram a eleição presidencial pelo voto popular, o colégio eleitoral foi, afinal, palco da queda daqueles que se opunham às mudanças, com a derrota do candidato dos generais e a vitória de Tancredo Neves na última eleição presidencial indireta, em janeiro de 1985.

Desde há muito, os brasileiros encontram-se numa encruzilhada histórica, cuja irresolução causa a deterioração política e institucional, resultado da falta de sintonia entre os anseios e demandas do povo e do país com as imposições de governos subordinados às orientações do imperialismo e de suas agências. A ruptura neoliberal, de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, representa o abandono do esforço, contraditório mas persistente, de busca de um modelo nacional de desenvolvimento representado pela tradição iniciada em 1930.

Este é o significado da palavra de ordem de Fernando Henrique Cardoso, de "superar a Era Vargas". A crise do capitalismo de nosso tempo e a ruína da construção do socialismo na URSS e no Leste europeu aprofundaram a ofensiva contra os direitos dos povos e dos trabalhadores, traduzida agora no programa neoliberal. No Brasil, o pioneiro desse projeto foi expulso da Presidência da República, rejeitado Comício pela Anistia, em São Paulo pelos milhões de brasileiros que saíram às ruas no movimento Fora Collor. Mas, desde 1994, a frente conservadora se recompôs, e seu representante, Fernando Henrique Cardoso, impõe ao país o mesmo velho receituário da dependência e da subordinação externas.

Quebrar os grilhões do atraso e da dependência para construir um novo país

Estes 500 anos têm sido uma época de revoluções mundiais, inicialmente com caráter burguês e mais tarde com feição proletária. Grandes nações, como a Inglaterra, Estados Unidos, França, Rússia, China, México e Alemanha viveram transformações revolucionárias e avançaram graças a elas. Mesmo pequenas nações, como Cuba, Vietnã e Coreia do Norte, afrontaram as potências imperialistas e iniciaram mudanças profundas.

O Brasil nunca viveu uma revolução verdadeira - a mudança qualitativa das classes no poder, da economia, da sociedade e do aparelho estatal. Movimentos revolucionários não faltam na história brasileira, mas terminaram vencidos, afogados em sangue. As mudanças ocorridas, mesmo quando impulsionadas pela participação de amplas massas, assumindo formas radicais e violentas, permaneceram sob a égide de facções conservadoras. Por isso terminaram truncadas, incompletas, limitadas a reformas de alcance restrito, corrompidas pela conciliação com as velhas forças reacionárias e pelo medo da força do povo. Em consequência, os fatores de atraso nunca foram erradicados em profundidade.

A luta do povo brasileiro contra as adversidades resultou nesta obra constituída pela integridade do território nacional, pela cultura e a civilização originais aqui formadas, pela independência do país, pela conquista de liberdades públicas e cívicas, embora tênues e sob ameaça, das quais merece orgulhar-se e que devem ser comemoradas como um saldo positivo e altaneiro deste meio milênio do início de sua formação.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) - filho do povo trabalhador, protagonista e impulsionador das jornadas patrióticas, democráticas e sociais das últimas oito décadas reafirma, por ocasião dos 500 anos, que o Brasil precisa quebrar os grilhões do atraso e da dependência. Essa é uma necessidade histórica, um imperativo da crise estrutural que a sociedade brasileira atravessa. Esta tarefa cabe às grandes massas do povo brasileiro. Exige, contudo, uma direção segura e determinada, e o PCdoB dará o melhor de si para forjá-la.

Na alvorada do século 21, o conteúdo da revolução brasileira só pode ser a superação do capitalismo e a construção

de um novo poder político e de uma nova formação econômico-social, socialista. À luz das experiências, conquistas e derrotas do século 20, o Partido Comunista do Brasil defende um socialismo renovado, com feições brasileiras, que aprende com a experiência mundial do proletariado mas não copia modelos importados. E, em meio à resistência antineoliberal em curso, busca os caminhos adequados para a transformação revolucionária da sociedade.

Ao longo destes 500 anos, em geral as classes dominantes do país se submeteram às metrópoles em troca da associação minoritária na pilhagem colonial e imperialista. Hoje, face à ofensiva mundial do neoliberalismo capitaneado pelos Estados Unidos, esta elite antinacional verga outra vez sua espinha e aplica com zelo o receituário imposto pelas autoridades e agências do imperialismo, vendendo a pátria e extorquindo o povo na nova Derrama que leva as riquezas brasileiras para os cofres da agiotagem financeira globalizada.

Cabe às classes trabalhadoras e aos setores progressistas e democráticos resgatar a bandeira da nação, abandonada pela elite antinacional, para que ela tremule cada vez mais alto na trincheira da resistência antineoliberal, da união de todas as forças avançadas no Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Nesta contenda de dimensão histórica, ampara-nos o legado de Aimberê e Zumbi dos Palmares, Tiradentes e Lucas Dantas, Frei Caneca e Pedro Ivo, Maria Quitéria e Anita Garibaldi, dos grevistas de 1917 e 1980, dos heróis da coluna Prestes/ Miguel Costa, dos combatentes da Guerrilha do Araguaia e da resistência urbana contra a ditadura de 1964, de Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini e Ângelo Arroyo; de Carlos Marighela, Carlos Lamarca e Mário Alves; dos carapintadas de 1992; de toda a legião de homens e mulheres que lutaram por este povo e este país.

Eles nos deixaram um vasto território, uma grande nação e um esplêndido povo. Prosseguimos o seu combate; aprendemos com eles; concluiremos, sem falta, no século que vai raiando, a obra imensa da libertação do Brasil. São Paulo, 22 de abril de 2000 Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

EDIÇÃO 57, MAI/JUN/JUL, 2000, PÁGINAS 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Tema 03

A DINÂMICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

NÚCLEO: Economia Política & Desenvolvimento

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Aloísio Sérgio. Anotações sobre o dólar e o Sistema Monetário Internacional. In: Revista Princípios, nº 89, abril/maio de 2007

MARX, Karl. **O Capital** – A Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro Primeiro, Volume 1: Capítulo 1: “*A Mercadoria*” – pp. 41-93.
Capítulo V: “*Processo de Trabalho e Processo de produzir Mais-Valia*” – pp. 201-223.

MAZZUCHELLI, Frederico. A Contradição em Processo: O Capitalismo e suas Crises. Brasiliense, São Paulo, 1985

Para Leitura no Curso:

BARROSO, Sérgio. O dólar e o Sistema Monetário Internacional (Anotações). In: Revista Princípios, nº 89, abril/maio de 2007

O dólar e o Sistema Monetário Internacional (Anotações)

A. Sérgio Barroso*

Instabilidade e crises financeiras recorrentes são partes constitutivas do capitalismo – regime alimentador de extraordinárias assimetrias econômicas e sociais

Um dos principais fundamentos do Sistema Monetário Internacional (SMI), o dinheiro, para Marx, expressa uma dada (e histórica) relação social de produção e acumulação, materializada no excedente. Representa ainda – e até hoje – uma mensuração especial da totalidade dos produtos do trabalho, por isso denominado de “equivalente geral” (Marx).

Na sua relação com o SMI, o dinheiro apresenta formas distintas (polimorfia) e uma hierarquização. Vale dizer, convivem sistemicamente várias moedas (ou instrumentos substitutivos), via de regra intercambiáveis, entretanto assumindo posições distintas na esfera do poder econômico e nas relações internacionais.

Assim, os traços constitutivos de um sistema monetário internacional, em determinada fase histórica são: a) a forma da moeda internacional; b) o regime cambial; c) o grau de mobilidade do fluxo de capitais; e, d) a hierarquização concreta deste sistema – questão normalmente secundarizada mesmo na literatura mais especializada. Por isso, também, à globalização dos mercados financeiros deve corresponder uma organização da moeda que impõe suas regras enquanto se universaliza (Aglietta, 1988).

De modo geral, a moeda conversível deve sempre assumir as funções da moeda nacional (liquidar transações e contratos, unidade de conta e reserva de valor), e no terreno internacional, *ipsis litteris*. (Morais, 2006) (1). Essa hierarquia é geralmente acordada entre os países centrais, expressando as relações de poder existentes, em torno de uma moeda-chave – a moeda do país hegemônico. Entretanto, como afirmou Suzanne de Brunhof (2005), tais acordos impõem uma configuração sistêmica contraditória, na medida em que moeda-chave é simultaneamente um ativo financeiro, concorrendo com as outras divisas internacionais.

O poder do dólar, como se sabe, consolida-se no SMI do pós-guerra, refletindo a correção de forças (econômica, política e militar) e acordado na Conferência de Bretton Woods (1944). A sequenciada (e unilateral) erosão das bases dos acordos (1971, 1973, 1979), a meu juízo, integrou uma espécie de programa operado pela hegemonia crescente do grande capital financeiro norte-americano (Barroso, 2005); a moeda-chave sustentou-se então no poderio financeiro dos EUA, em suas instituições e engrenagens financeiras, e decisivamente em seu mercado financeiro (monetário e de capitais) vasto, profundo e líquido.

Analisando esse processo com nitidez, Peter Gowan (2004) enfatiza: (i) entre 1975 e 1979 o dólar perdeu mais de um quarto do seu valor frente ao ien japonês e o marco alemão, tendo o governo (Carter) dos EUA procurado elevar a produção e as exportações; (ii) o governo Reagan e Paul Volker – para impedir o declínio do dólar, o recrudescimento da inflação, que era acompanhada de supercapacidade industrial – pôs o capital-dinheiro no centro da cena pela primeira vez em décadas; (iii) expandiu o Regime Dólar Wall Street (DWSR) segundo os interesses da liderança norte-americana. Concretamente, ainda naqueles dias, tudo isto representava derrubar a inflação (corrosiva da remuneração do mesmo capital-dinheiro), tomar medidas para desregular o setor bancário e financeiro, promover consideráveis reduções tributárias para os ricos – sempre afeitos à finança e ao rentismo –, buscar enfim uma política de fortalecimento do dólar (Gowan, p. 74-75).

Por outro lado, essa série de episódios acima descritos resulta numa espécie de “dança do dólar”, onde a crise do início dos 1970 culmina na drástica subida da taxa de juros nos EUA, em 1979. Entrelaçando-se às realizações dos acordos do Plaza (1985) e do Louvre (1987), que desvalorizaram a moeda norte-americana, em 1980-85 e 1995-2000 sincronizou-se a valorização do dólar e expandiu-se a posição devedora líquida do EUA. Em outras palavras, “A partir de 1985, com a inflação já sob controle, a política cambial americana muda de orientação e o acordo do Plaza marca o início de um longo período de desvalorização do dólar perante as moedas dos demais países centrais, que, com algumas idas e vindas, dura até 95” (Medeiros e Serrano, 1999:139).

Essas manipulações da política monetária corresponderam (e implicaram) à consolidação do poderio da moeda dólar como moeda-reserva constituindo o fenômeno crucial da segunda metade do século XX – assinala Luiz G. Belluzzo. Quer dizer, a soberania monetária dos EUA assegurou a expansão de suas grandes empresas e permitiu “a adoção das políticas de crédito e de gasto público que sustentam taxas elevadas de crescimento da demanda nominal e, a cada ciclo de expansão, provocam a elevação do déficit em conta corrente, gerando demanda para o resto do mundo” (Belluzzo, 2005: 230).

Ou seja, o dólar assumiu o papel de moeda financeira de origem pública e denominador comum da riqueza financeira mundial. De modo que, “a despeito do monumental déficit em transações correntes, a demanda pela moeda americana é, mais do que nunca, função do poder dos Estados Unidos como país hegemônico e, portanto, de seu papel de garantidor universal da riqueza privada, cujo valor repousa, em última instância, nos títulos públicos americanos, enquanto ativos líquidos da economia global” (Belluzzo, 2006) (2).

Além disso, para Randal Wray (2002), no caso de uma nação – os EUA – que opera como moeda fiduciária [de elevadíssima confiança], um regime cambial flutuante, a dívida do Tesouro nada mais é do que reserva que rende juros, onde o motivo da emissão de títulos da dívida pública é o enxugamento do excesso de reservas. Por tais razões, “também não faz sentido falar em risco de default da dívida pública denominada em moeda nacional”, quando essa nação trabalha num regime de flutuação cambial (Wray, p. 206).

Conforme Maria C. Tavares e Luiz Melin, nesse quadro internacional e nessa hierarquia, o dólar passou a desempenhar não mais a função de reserva de valor como num padrão monetário clássico: cumpre principalmente o papel de “moeda financeira” (3) num sistema liberalizado e desregulamentado e num regime de taxas de câmbio flutuantes. Nas palavras argutas de Michel Aglietta (1988: 126-127), isso implica identificar, então, uma nova hegemonia das finanças sobre as taxas de câmbio, onde três fatores passariam a se desenvolver: a) a ampliação dos portfólios financeiros diversificados; b) elevação da capacidade de substituição mútua entre os diferentes tipos de ativos financeiros; e, c) crescimento da mobilidade internacional dos capitais.

Sobre esta questão, é semelhante o pensamento de Aloísio Teixeira (2000). Qual seja: a natureza fiduciária do dólar, o seu elevado grau de confiança, garantiria também um grau de autonomia de política ainda maior para o país emissor

e portador da moeda-chave. Por sua vez, a gestão da política monetária norte-americana e as variações da taxa de juros básica do sistema, que influenciam marcadamente o rumo dos fluxos internacionais de capitais, passariam a depender estreitamente do ciclo econômico doméstico norte-americano.

Trata-se, sem dúvida, de um relativamente recente fenômeno da economia internacional, em que, ao se libertarem das amarras da conversibilidade ao ouro, os Estados Unidos puderam incorrer em déficits comerciais recorrentes, o que resulta em outra singularidade do atual sistema monetário internacional: o caráter devedor líquido do país emissor da moeda-chave. De outra parte, a progressiva liberalização dos fluxos de capitais foi montando um mercado unificado de dinheiro e ativos financeiros em escala global, sob o comando do sistema financeiro estadunidense. São os novos “mercados da riqueza”, denomina-os L. Belluzzo.

Para Braga e Cintra (2004), contemporaneamente, as finanças dolarizadas mais se assemelham aos bancos múltiplos que atuam como supermercados financeiros, sob a proteção do Fed (Banco Central dos EUA). Diante do poderio dos mercados financeiros norte-americanos (liquidez, profundidade, sofisticação, introdução de inovações e custos de emissão) o sistema financeiro dos EUA e o padrão dólar chamado flexível atuam como o mercado mundial de crédito e de capitais, por ser: a) o mais internacionalizado de todos os mercados nacionais; b) comandar o dinheiro que se apresenta como “o verdadeiro dinheiro mundial”.

De acordo ainda com especialistas no estudo do padrão dólar de hoje, e especialmente do mercado financeiro dos EUA, essa parece ser a grande vantagem para os EUA da ausência de conversibilidade em ouro: “a eliminação pura e simples da sua restrição externa. Agora, os EUA podem incorrer em déficits em conta corrente, permanentes e crescentes, sem se preocupar com o fato de seu passivo externo líquido estar aumentando, uma vez que este passivo externo é composto de obrigações denominadas na própria moeda e não conversíveis em mais nada” (Serrano, 2002) (4).

Desregulamentado, liberalizado e sem limite à capacidade de endividamento da economia norte-americana: esse é o padrão monetário internacional que fornece a liquidez ao sistema. Conforme M. Metri (2003), e como já dito acima, esse tipo de banco múltiplo atrai, amplia e redistribui capitais pelo mundo. Através das contas financeiras dos países que sediam os principais mercados financeiros (EUA, Japão, Reino Unido e Canadá, área do euro e mercados de países em desenvolvimento), pode-se observar que o sistema financeiro americano organiza a intermediação de grande parte do fluxo bruto global de entrada de capitais e do fluxo de saída.

De outra parte, quando completou cinco anos de existência (2004), o euro, moeda única européia apresentou, nesse curso, uma desvalorização de 30%, para logo após alcançar uma valorização de 40%, decorrentes do movimento dos fluxos de capitais. Na desvalorização do euro, capitais internacionais se moveram imediatamente para o mercado financeiro e de capitais norte-americanos. Ademais, em 2003, quando houve uma valorização de 25% do índice Dow Jones, traduziu-se então um ganho de apenas 3% em euro, uma vez descontada a desvalorização de 22% do dólar (Cintra, 2005).

Por sua vez, o Tesouro dos EUA passou então a estimular uma política de desvalorização da sua moeda, em relação às principais moedas internacionais, tentando diminuir o alto déficit comercial e reduzir as pressões deflacionistas em preços de bens e serviços, em função da capacidade ociosa em alguns setores da economia. No entanto – e nada surpreendente – o sistema monetário internacional caminha ainda lentamente para a formação de uma polarização entre o dólar e o euro. Inobstante o avanço do euro em matéria estoque de crédito bancário internacional, e em relação ao mercado internacional de securities (bônus, notas, comercial papers); assim como o mercado de capitais em euro vai ganhando profundidade (5).

Especialmente com certa alteração da rota dos fluxos de capitais mais recentemente – desde o reposicionamento de alguns países « emergentes » e desde o marco da crise asiática de 1997 –, quando inúmeros países em desenvolvimento tornaram-se superávituários nas transações correntes, surge um sério problema no sistema financeiro internacional, comandado pelo imperialismo norte-americano: a incapacidade desses mercados liberalizados e desregulamentados permanecerem com fluxos de capitais para países e devedores de maior risco. Nesse exato sentido, após a crise de 1997 (Aglieta, 2004 : 24-37), por exemplo, os bancos e os investidores de títulos e ações reduziram suas exposições (ao risco) nos mercados “emergentes”. Embora mantendo o volume de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em níveis relativamente altos, o fluxo líquido passou então a ser negativo em 2000.

Liderados pelos asiáticos e produtores de petróleo, isso significa que os países em desenvolvimento tornaram-se emprestadores líquidos de capital para o sistema financeiro internacional (Prates e Cintra, 2006: 8-10).

Em todo caso, nos momentos de pico dos ciclos mantêm-se as taxas de crescimento, a liquidez global, reproduzindo-se, no entanto, os desequilíbrios. O que já foi denominado por vários autores de “fuga para a frente”. Paralelamente, os bancos centrais quando reduzem as taxas de juros, ampliando assim a oferta de crédito, no mínimo reduzem a propagação das crises financeiras – as abortam, digamos – ; porém, atuam como emprestadores de última instância: criam condições para o refazimento do caminho de multiplicação da riqueza financeira. Ocorre que, agora, em estruturas cada vez mais amplas e complexas – espécie de espiral. Diferentemente, no cume dos ciclos expansivos, elevam as taxas de juros para conter a alavancagem e a exuberância irracional, nas palavras de A. Greenspan, e os ciclos são retomados.

Desequilíbrios e instabilidades que, conforme Hyman Paul Minsky (1994), são sempre inerentes a uma economia capitalista que opere “sem restrições” – ou liberalizada –, que tenha um sistema financeiro sofisticado, “complexo e em contínua evolução” e que apresente períodos de estabilidade e períodos de comportamento turbulento e “até mesmo caótico”; a instabilidade é endógena a este sistema. Ou instabilidade “perversa” e existente pelo menos desde o fim da conversibilidade do dólar (1971), onde se combina alta especulação financeira com crescimento “capaz de evitar colapso, garantir todo tipo de lucros” – e financeirização, disserta Braga (1997).

Considerações finais

Ao que tudo indica, nas questões precedentes concentram o essencial da dinâmica dominante no sistema monetário internacional – no padrão de acumulação de riqueza “financeirizada”, liberalizado, do capitalismo atual. Cotejamos várias análises que não apontam – nem à longa distância – para um “colapso do dólar”; tampouco para uma recondução sistêmica a uma fase de crescimento econômico mais demorado, robusto, com expansão do emprego e contenção da orgia dos fluxos financeiros, como na “repressão financeira” do “capitalismo atípico”, inicialmente forjado em Bretton-Woods. Instabilidade e crises financeiras recorrentes (e interpeladas) são as marcas indelévels deste regime alimentador de extraordinárias assimetrias econômico-sociais; são partes constitutivas dele.

Crises financeiras severas, que se reciclam a partir de 1987 – crash profundo em Wall Street –, motivando o BIS (Banco de Compensações Internacionais) a exigir que instituições financeiras assegurem capital suficiente para cobrir possíveis perdas de valor em seus ativos, através dos denominados Acordos da Basileia (1988).

Historicamente, não houve, até hoje, possibilidade de domínio e reprodução de um padrão monetário e sua moeda-reserva internacional, dissociados dos poderes da potência hegemônica. Com forças e fraquezas, observa-se claramente que os EUA e sua moeda – superpotência em decadência histórica – começam a sofrer implacável concorrência que ressurge e emana da lei do desenvolvimento desigual dos países.

Sérgio Barroso é doutorando em economia social e do trabalho pela Unicamp e diretor do Instituto Maurício Grabois.

Notas

(1) Sobre o assunto, considerem-se assim as duas hierarquias: 1) do sistema nacional: moeda manual (padrão de medida); dinheiro de crédito (comercial); dinheiro bancário (escritural); dinheiro estatal (nacional) (Banco Central) ou metal monetário. 2) do dinheiro internacional: moedas conversíveis (central e secundárias), inconversíveis e metal monetário. A hierarquia internacional do dinheiro é determinada pela sua aceitação em transações internacionais, pela sua utilização como reserva de valor (do valor criado em outros países) ou acesso a mercados financeiros maiores. Ver: “O papel do capital financeiro no capitalismo atual. Traços marcantes da globalização neoliberal: O Sistema Financeiro Internacional e seu papel na acumulação”, de Lecio Moraes, mimeo, texto/roteiro 2006.

- (2) Ver: “A nova hegemonia”, de L. G. de Mello Belluzzo, in: Carta Capital, n. 389, p. 42. Antes escreveu Belluzzo: “O divisor de águas [da nova situação da economia mundial] foi a reafirmação do papel do dólar como moeda de transações e de reserva do sistema monetário internacional, no início dos anos 1980” (idem). Ver igualmente, “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”, onde Belluzzo reitera que os títulos da dívida pública americana consolidaram sua posição como um refúgio seguro. Em circunstâncias – cada vez mais presentes, dado particularmente a flutuação das taxas de câmbio – de instabilidade e incerteza do investimento global é para os Treasuries que a demanda imediata se orienta (in: Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização, Tavares, M. e Fiori, J. (orgs.), Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição).
- (3) Cf. “A reafirmação da hegemonia norte-americana”, in: Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização, Tavares, M. e Fiori, J. (orgs.), Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição.
- (4) Considerando o volume “extremamente elevado” da dívida externa dos EUA, Suzanne Brunhoff, no entanto, já observara: “Esta [dívida], porém, não tem nada em comum com as dívidas dos países do Sul. De um lado, é denominada em dólar, moeda doméstica dos estados Unidos, de outro, é financiada pelas aplicações estrangeiras, públicas ou privadas, em títulos norte-americanos – ações ou obrigações do Tesouro, investimentos diretos diversos (compras ou criação de empresas etc)”. Ver: “A instabilidade monetária internacional”, da autora, p.p. 80-81, in: A Finança mundializada, Chesnais, F. (org.), São Paulo, Boitempo, 2005.
- (5) Conforme, ainda Cintra (2005), “O fortalecimento do euro como moeda-reserva internacional sugere a possibilidade de os EUA encontrarem dificuldades para o financiamento do seu déficit” (ver: “Papel do dólar ainda confere poder extraordinário aos EUA”, de Marcos A. M. Cintra, in: www.desempregozero.org.br).

EDIÇÃO 89, ABR/MAI, 2007, PÁGINAS 56, 57, 58, 59, 60

Tema 04

O SOCIALISMO COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

NÚCLEO: Socialismo

BIBLIOGRAFIA

AMAZONAS, João. “Os contratempos do socialismo” in Os desafios do socialismo no século XXI. Pp. 247-63
_____. “Capitalismo de Estado na transição para o socialismo: notável contribuição de Lênin à teoria revolucionário do progresso social”
_____. “O socialismo no século XXI” in Os desafios do socialismo no século XXI. - Pp 41 a 45

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*

MARX, K. “Crítica ao Programa de Gotha”

MARX & ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*

LÊNIN. W I. *O Estado e a revolução*

_____. “Acerca do materialismo militante”

PCdoB. O socialismo vive (resolução do 8º Congresso do PCdoB, 1992)

_____. *Programa Socialista do PCdoB*

RABELO, Renato. “A luta pelo socialismo num novo tempo” in *Princípios 79*;

_____. “Evolução do Pensamento Programático do PCdoB” in *Construindo o Futuro do Brasil – Programa Socialista – Documentos da 8ª Conferência Nacional do PCdoB*, Ed. Anita Garibaldi, 1995.

PCdoB – Documentos do 12º Congresso – Programa Socialista para o Brasil

PARA LEITURA NO CURSO:

AMAZONAS, João. O Socialismo no século XXI.

O Socialismo no século XXI

João Amazonas

O socialismo, como corrente do pensamento avançado, projeta-se sobre o novo século como alternativa inevitável ao capitalismo decadente. É a grande bandeira da renovação social

Já vai distante a época dos profetas que vislumbravam o futuro com a suposta ajuda da divindade. Em geral prediziam as calamidades, os males que atormentariam a humanidade, o fim do mundo. Apareceram também os que negavam a possibilidade de conhecer o porvir. "O futuro a Deus pertence", sentenciavam. Nos tempos modernos surgiram verdadeiros profetas. Já não eram adivinhos, mas pensadores apoiados na ciência, no conhecimento das leis que regem a natureza, a sociedade e conformam o pensamento humano. A predição deixou de ser fruto da simples conjectura, mas resultado da elaboração de teorias e premissas que refletem os processos do eterno movimento de tudo que existe no universo.

Vivemos os anos finais do século XX pleno de contradições. Muitos gostariam de conhecer a feição provável dos

acontecimentos vindouros, os caminhos por onde trilhará a humanidade em busca de uma vida feliz. O futuro não pode, porém, desligar-se do passado, do exame crítico da época que vai ficando para trás. Esse exame dá indicações, às vezes precisas, das perspectivas vindouras, porquanto a História segue rumos definidos por leis objetivas.

O século XX começou com a passagem do capitalismo florescente da livre concorrência para a sua fase monopolista, imperialista. Todo este século transcorreu sob o domínio dos monopólios que, afinal, converteram-se em monopólios gigantes, os oligopólios transnacionais que aceleram a globalização da economia mundial.

A par dos progressos indiscutíveis na vida da sociedade ocorridos neste século, na produção, na ciência, nas artes, nos meios de comunicação, na identificação de fenômenos ecológicos, no aumento considerável da população do planeta, destacou-se também o lado sombrio, perverso, do sistema monopolista: duas grandes guerras nas quais pereceram cem milhões de pessoas, guerras variadas de dominação colonial, extermínio nuclear de populações indefesas, supressão violenta da liberdade, alargamento do fosso das desigualdades sociais.

Mas o século XX registra também memoráveis lutas sociais e políticas: revoluções, resistência armada aos opressores, levantes camponeses, combativas greves operárias, embates vigorosos contra o fascismo em defesa das liberdades.

A revolução socialista na velha Rússia dos czares é o grande marco da nossa época, seguida mais tarde – por outro evento significativo, a proclamação da República Popular da China. Destaque especial teve ainda o movimento da descolonização. Muitos países, após a II Grande Guerra, sacudiram o jugo da opressão nacional, tornaram-se independentes.

Esse processo violento, contraditório, que já dura cem anos é, em última instância, o lento e prolongado parto da História. O capitalismo chegou ao fim, já não tem condições de resolver os magnos problemas sociais e políticos gerados pelas próprias contradições que encerra. Não pode assegurar a convivência pacífica entre os povos, nem garantir o exercício da liberdade sempre mais restringida. Não pode deter a exclusão social de consideráveis parcelas da população laboriosa, nem impedir o crescimento da miséria que se alastra por todo o Globo. O socialismo, nova forma de organização da sociedade, apresenta deficiências naturais de um regime que acaba de nascer, carece de experiência suficiente para se consolidar em definitivo como sistema progressista. Sofreu derrota passageira na União Soviética e no Leste europeu, depois de haver alcançado importantes vitórias na edificação da nova vida.

A experiência histórica demonstra que o socialismo não conseguirá afirmar-se de um só golpe. Sua consolidação e enraizamento universal registrará muitas vitórias e também reveses. A construção da nova sociedade é mais difícil e complicada do que antes se imaginara. Erra quem pensa que o socialismo morreu definitivamente. Erra igualmente quem o imaginava um processo em linha reta, somando sempre vitórias e expandindo-se sem obstáculos, continuamente. Também o capitalismo não desaparecerá em cada país com uma única cutilada. De certo modo, a morte do capitalismo está relacionada com a construção êxito a do socialismo. Em suma, não se constrói a nova vida nem liquida o capitalismo de uma só vez.

A transformação socialista da sociedade é um largo processo de lutas e de aprendizagem permanente. Transferir os meios de produção capitalista para a comunidade é relativamente fácil com a vitória da revolução. Mas essa transferência abrange tão somente a área econômica. Como organizar dinamicamente em todos os aspectos a nova sociedade é obra que demanda tempo e visão progressista, revolucionária.

Quando apareceram as primeiras idéias que sinalizavam a necessidade de substituir o capitalismo, aí pela metade de século XIX, surgiram os utopistas. Saint-Simon, Owen, Proudhon imaginavam, ou melhor, idealizavam a sociedade perfeita do futuro que terminaria com a exploração do homem pelo homem, com a corrida desenfreada ao lucro. Eram pregoeiros de ilusões, de utopias.

O socialismo, em certo sentido, é o novo desconhecido. Até hoje, em vários países, após a revolução, não se sabia exatamente como construir integralmente a sociedade do futuro. Tinha-se o plano geral, de base científica, e as forças militantes do partido de vanguarda. Já é muito, mas não o suficiente, pois além da construção econômica precisa-se

forjar a vida espiritual das grandes massas. A sociedade reflete a base material em que se assenta, não, porém, de modo direto. Condicionadas pela base material, as massas criam suas próprias formas de existência. Hábitos, moral, ética, convivência social, vínculos culturais não se forjam de um dia para o outro.

O socialismo não pôde vencer simultaneamente em todos os países, nem mesmo, como supunham Marx e Engels, nos mais desenvolvidos. Triunfou na Rússia, na China, na Coreia, no Vietnã, na Albânia, em Cuba. As idéias e modos de vida aí predominantes são de países atrasados. Tais idéias e modos de vida entram em contradição com os projetos avançados que se pretendem instaurar. É preciso tempo para reverter essa situação. Ademais, a pressão do modo de vida capitalista dos países ricos repercute entre as populações onde se instituiu um regime diferente, progressista, que não pode, de imediato, assegurar condições de vida confortável a todo o mundo. Certamente, nos países ricos, a par do conforto que desfrutam as classes privilegiadas, existe a imensa faixa dos que vivem na pobreza.

Essa faixa, na propaganda capitalista, fica na sombra, não aparece.

O século XXI será cenário da grande batalha histórica que se desenvolve no seio da sociedade humana. Batalha da luta entre o novo que procura abrir caminhos, tradicionais ou inusitados, ao progresso social, e o velho que resiste por todos os meios, pacíficos e não-pacíficos, a desaparecer. Quanto tempo ainda durará esse enfrentamento, é difícil, mesmo impossível prever.

O capitalismo monopolista ingressa nessa batalha, na viragem do século, sustentando a orientação neoliberal que seus apologistas tentam fazer crer tratar-se da nova forma, irreversível, de desenvolvimento da sociedade. A verdade, no entanto, indica que o neoliberalismo é a mais brutal ofensiva do grande capital contra todas as conquistas alcançadas pela humanidade, em termos de democracia, direitos sociais, avanços culturais, identidade nacional, desenvolvimento econômico independente.

Haja vista o quadro desolador do mundo de hoje, em boa parte resultado dessa ofensiva neoliberal: Um bilhão e 300 milhões de pessoas vivem na pobreza extrema, 800 milhões passam fome; cerca de 900 milhões de trabalhadores vivem o drama do desemprego e do subemprego. Mais de um bilhão de pessoas não conseguem usufruir cuidados básicos de saúde e ter livre acesso à educação.

A regressão antidemocrática, com a degradação da democracia política e os atentados às liberdades fundamentais, é expressão chocante da ofensiva reacionária. A soberania nacional dos países menos desenvolvidos sofre restrições e ameaças de toda ordem. Pari passu, a concentração das riquezas atinge níveis inimagináveis: 358 bilionários possuem fortunas iguais aos rendimentos anuais de 45% da população do mundo. Esta situação paradoxal não pode deixar de suscitar anseios de mudança na forma de organização da sociedade.

De outra parte, o socialismo, como corrente do pensamento avançado, projeta-se sobre o novo século como alternativa inevitável ao capitalismo decadente. É a grande bandeira da renovação social. Contudo, o socialismo ressentiu-se da derrota que sofreu na ex União Soviética e no Leste europeu. Suas idéias transformadoras da sociedade perderam força entre as massas. Evidenciou-se profunda crise no campo da teoria, da ideologia. Proliferaram por toda parte "críticos" do marxismo, os que renegam princípios e a própria organização de vanguarda, assustados com o final desastroso do regime socialista na URSS e com a campanha anticomunista que se seguiu. "Ser revolucionário - dizem - é coisa do passado, velharias de outros tempos ... "

Sem vencer essa crise, o socialismo não poderá avançar, nem comandar exitosamente a luta emancipadora de milhões de trabalhadores, dos explorados e oprimidos. Não há movimento revolucionário na ausência de teoria revolucionária.

Certamente vencer a crise no plano da teoria não significa repelir simplesmente fórmulas ultrapassadas, posições dogmáticas, sectárias. Impõe-se a defesa dos fundamentos da teoria marxista, seu espírito crítico e revolucionário, desenvolve-la criadoramente, ligada ao tempo em que vivemos. Já Lênin, nos primórdios deste século, dizia: "Não temos a doutrina de Marx como algo acabado, inatingível; ao contrário, estamos persuadidos de que ela somente

coloca as pedras angulares da ciência que os socialistas devem fazer progredir em todos os sentidos se eles não querem se atrasar na vida". É preciso renovar o marxismo revolucionário, extrair as lições das primeiras tentativas de instauração do socialismo, particularmente na ex-União Soviética, a fim de que o movimento progressista continue avançando. Longe de pretender fazer prognósticos infalíveis acerca da marcha dos acontecimentos políticos do próximo século, pode-se afirmar que prosseguirão as lutas que vêm de decênios passados por transformações da sociedade e que caracterizam a nossa época como a época da transição do capitalismo para o socialismo. Inevitavelmente, contra o neoliberalismo, expressão acabada do capitalismo declinante, levantar-se-ão os trabalhadores, os camponeses, os democratas, os patriotas, a juventude sem futuro, as massas populares atiradas à miséria. Entretanto, muitos desses movimentos sociais carecerão de perspectiva política mudancista, enquanto perdure a crise do marxismo. Neles atuarão por certo tempo os sotisticadores social-democratas, pretendendo inutilmente "reformular" o capitalismo.

Voltará o socialismo a triunfar na Rússia?

É possível que os comunistas voltem ao poder na Rússia pós-revolucionária. O capitalismo aí instaurado contrasta brutalmente com a vida no tempo do socialismo, apesar das deficiências. O povo russo tentará livrar-se das calamidades que recaíram sobre o país com o retorno ao capitalismo. Mas a simples volta dos comunistas ao poder não significará ainda o triunfo do socialismo científico. A Rússia perdeu o rumo revolucionário ao final da década de 50. E não conseguiu até hoje desenvolver a teoria marxista, analisar em profundidade a causa dos erros cometidos, como e por que a União Soviética retrocedeu ao capitalismo. O revisionismo de Kruschov, Gorbachov, Brezhnev e outros não são meros desvios ideológicos, é toda uma doutrina contra-revolucionária destinada a solapar as bases do socialismo, desorientar os trabalhadores e o povo, obscurecer a consciência política das massas.

No curso do século XXI a crise de teoria e da construção socialista será superada. Em vários países observam-se sérios esforços para enfrentar essa tarefa de magnitude histórica. A China, passando por altos e baixos, acabará consolidando o regime socialista que sofreu abalos com os erros do passado, nomeadamente no período da chamada revolução cultural proletária. O Vietnã, arrasado pelas agressões bélicas da França e dos Estados Unidos, será reconstruído e fortalecerá a via socialista. Em outros lugares onde houve revoluções e retrocessos, o socialismo terminará predominante.

No conjunto do mundo, particularmente nos países menos desenvolvidos, a bandeira da luta pela liberdade e pela independência nacional, abandonada pela burguesia capitulacionista passará às mãos das forças progressistas que almejam transformações radicais da sociedade. Grandes países, como a Índia e o Brasil, apresentando formas inovadoras de passagem ao socialismo, poderão alcançar expressivas vitórias.

Assim será o século XXI. Em seus começos, haverá sombras e luzes, mais sombras do que luzes. Depois, o quadro se inverterá. A humanidade viverá tempos de grandes esperanças.

Tema 05

CONCEPÇÃO, HISTÓRIA E LUTAS DO PARTIDO COMUNISTA

NÚCLEO: Partido

BIBLIOGRAFIA

- AMAZONAS, João. “A Visão Limitada” in Os desafios do socialismo no Século XX
_____. “70 anos de um partido que se tempera na luta” in Princípios, nº25, maio/julho de 1992
_____. “O Partido – O Partido instrumento Fundamental da Transformação Revolucionária”, tópico “nova fase na vida do Partido” in Amazonas, *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro*, documentos do PCdoB.
_____. Força Decisiva da revolução e da construção do socialismo, in Princípios , nº 40
_____. “Novo estatuto para um PCdoB forte, disciplinado, combativo e transformador” – Texto de apresentação da proposta de novo Estatuto para debate no 11º Congresso pela Comissão de Redação do Estatuto partidário indicada pelo Comitê Central em 25/6/05.
- BUONICORE, Augusto. Marx e Engels e a Revolução de 1848(In: Princípios e Vermelho)
_____. Lênin e o Partido de Vanguarda, in Princípios, nº 69
_____. Lênin, Gramsci e a hegemonia in Sorrentino, *Questões de Partido*.Ed. Anita Garibaldi, 2004
- DIMITROV, G. - A Unidade Operária Contra o Fascismo
- ENGELS, F. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha
- GRAMSCI, A - A Questão Meridional, Ed. Paz e Terra, RJ, 1987
_____. Maquiavel, a política e o Estado moderno, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1984
- GRUPPI, Luciano - O pensamento de Lênin – o partido revolucionário, p. 19-47, Graal, 1979
_____. O conceito de hegemonia em Gramsci, ed. Graal, 1980
- JOHNSTONE, Monty – Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda, in *História do Marxismo*, org. Eric Hobsbawm, vol. 9, p. 221-247, Paz e Terra, 1987
- LÊNIN, W I. “A tática da luta de classes do proletariado” (in *Karl Marx*, de)
_____. Esquerdismo Doença Infantil do Comunismo. Capítulo VIII: “Nenhum compromisso?” (Pp. 81 a 94)
_____. Cartas Sobre Tática
_____. Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática
_____. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo
_____. Teses de Abril
_____. Um passo em frente, dois passos atrás.
_____. Que Fazer?
_____. Prefácio de “Doze Anos” (1907). In Marx, Engels, Lênin e Trotsky, *A Questão do Partido*, Ed. Kairós.
_____. A falência da II Internacional
_____. Projeto inicial de resolução do X Congresso do PCR sobre a unidade do partido. In *Obras Escolhidas*, vol. 3.
- LIMA, Haroldo - Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (de 1922 a 1984), Editora Maria Quitéria, BA., 1985.
- LUSTOSA, Rogério - Rogério Lustosa, "O canto da sereia de um partido para todos", Princípios, nº 19, nov 1990
- MARX, Karl. A Burguesia e a Contra Revolução
_____. A Guerra Civil na França
_____. As Lutas de Classe na França
_____. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte
- MARX, K. & ENGELS, F., Manifesto do Partido Comunista
PCdoB (2002): *80 anos de luta*
_____. (1975) Cinquenta Anos de Luta
_____. (2002) 80 anos de luta
_____. (2002) - Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro - documentos do PCdoB de 1960 a 2000.
_____. Resolução política do Comitê Central do PCdoB, março 2007
_____. Resolução política do Comitê Central do PCdoB, julho/2007.
_____. Resolução Política da 9ª Conferência Nacional
_____. Resolução Política do 11º Congresso
_____. Documentos do 12º Congresso: Resolução Política / Política de Quadros.
_____. Mensagem aos brasileiros: Chegou a hora do desenvolvimento. In *Princípios* 83

RABELO, Renato. "Introdução a *O esquerdismo doença infantil do comunismo*" (pp. 9 a 19)
_____. "Evolução do Pensamento Programático do PCdoB" in *Construindo o Futuro do Brasil – Programa Socialista – Documentos da 8ª Conferência Nacional do PCdoB*, Ed. Anita Garibaldi, 1995.
_____. O tempo, a finalidade e o alcance desta obra de Lênin (*Esquerdismo, doença infantil do comunismo*)
_____. Evolução do Pensamento Programático do PCdoB" in *Construindo o Futuro do Brasil – Programa Socialista – Documentos da 8ª Conferência Nacional do PCdoB*, Ed. Anita Garibaldi, 1995
_____. "A Evolução da Estratégia Revolucionária Marxista" in *Princípios*, nº 29, maio-julho de 1993
RUY, José Carlos (1997) "A tradição revolucionária do PCdoB" in *Princípios*, nº 44, fev./abril de 1997
SORRENTINO, Walter – *Questões de Partido- coletânea de artigos*, Ed. Anita Garibaldi, 2004
STÁLIN. *A Estratégia e a Tática dos Comunistas*
_____. *Fundamentos do Leninismo*
VALADARES, Loreta – *Qual Partido?* In *Princípios* nº 23 (1992), republicado no livro *Questões de Partido*, Ed Anita. 2004.

Para leitura no curso:

VALADARES, Loreta. *Qual Partido?*

AMAZONAS, João. *Força Decisiva da Revolução e da Construção do Socialismo PCdoB. Novo Estatuto para um PCdoB forte, disciplinado, combativo e transformador*

QUAL PARTIDO?

Loreta Valadares

Em meio às águas paradas do pessimismo, brisas "liberalizantes" sopram valores envelhecidos, transfigurando a própria idéia de partido, que ora aparece sob a forma de um poderoso leviatã hobbesiano que a tudo engole, ora toma a imagem de uma sombra fugidia a desvanecer-se nos rastros da história. Por absurdas que pareçam estas formulações, elas não devem aprisionar a necessidade de uma análise crítica e criadora sobre a questão do partido, até mesmo para restituir princípios e referenciais teóricos. A questão do partido foi e continua sendo chave-mestra no equacionamento do processo revolucionário do proletário em sua dimensão de fenômeno de massas e construção consciente do socialismo como transição até o comunismo. Aumenta seu papel-chave particularmente hoje no próprio desencadear da revolução, em condições bastante adversas, com a derrota e a contra-ofensiva reacionária do imperialismo e da burguesia internacional - situação que está a exigir uma nova estratégia revolucionária mundial.

O novo quadro está a indicar uma fase que se abre no mundo com características distintas (mais complexas) da luta de classes desenvolvidas até aqui no capitalismo: mais do que nunca está posta a luta entre as duas vias¹ - a socialista e a capitalista -, só que agora já houve uma experiência socialista e foi derrotada, dela restando apenas seus alicerces revolucionários históricos e teóricos. A luta de classes hoje tende a se dar em um novo e radicalizado patamar, onde a disputa no plano das idéias é força propulsora, e a ação revolucionária conseqüente, energia prática, capazes de rasgar o mito da "milagrosa" recomposição do capitalismo.

Neste contexto, já não se pode mais tratar a questão de partido como se tratava antes; como uma teoria pronta a ser aplicada corretamente. Não se pode isolar a teoria de partido do processo de sua elaboração, nem se pode eludir a necessidade histórica de desenvolvimento. É preciso libertar a concepção de partido do confinamento a que ficou constringida pela apresentação esquemática e pedagógica de seus fundamentos e entendimento mecânico de seus princípios. Hoje, tratar teoricamente a questão de partido, significa fazê-lo do ponto de vista da historiografia política,

¹ O conceito "duas vias" tem sido utilizado até aqui pela tradição marxista-leninista para apressar, nos países que já tivessem realizado a revolução socialista, a luta permanente entre prosseguir na construção da sociedade socialista, ou regredir ao capitalismo. Pode parecer estranho o uso do mesmo conceito quando a primeira experiência socialista se esgota no mundo. No entanto, penso que justamente por isso o conceito deve ser retomado e recolocado como alternativa histórica: "mudança processual" do capitalismo ou revolução socialista?

da análise dos problemas centrais de concepção de partido. Significa retrazer velhas polêmicas não para descrevê-las, mas para com elas polemizar nas novas condições históricas e políticas.

Que polêmicas foram (e são) estas surgidas ao longo da formação do partido do proletariado e da elaboração de sua concepção teórico-revolucionária? É a questão do partido de vanguarda versus massa? É a relação entre o consciente e o espontâneo? É o problema da "teoria de fora para dentro?" São os riscos do "ultracentralismo" e do "substituísmo?" Ou é a dialética centralismo/democracia (centralismo democrático)? Atualizar estas polêmicas requer enfrentar, de início, o liberalismo, travestido de "neo", e a social-democracia, transmutada em "utopia racional".

E no âmago de toda esta discussão vem a pergunta, tantas vezes feita e refeita: de qual partido se está falando? De qual classe e para qual fim?

Inequivocamente, o pano de fundo de todas essas polêmicas no âmbito do marxismo ou entre o marxismo e outras correntes é a relação classe e partido. Não é por menos que Ralph Milliband, em seu importante ensaio sobre a teoria política marxista, assim inicie a discussão desse tema: "As classes dominantes têm a seu dispor uma impressionante variedade de armas para a manutenção de seu domínio, bem como defesa de seu *poder e privilégios*. Como, pois, devem ser eliminadas essas classes dominantes, e como será a nova ordem social a ser estabelecida?"² (grifos nossos).

Que arma tem, pois, a classe operária? A resposta a esta questão é perseguida por Marx e Engels, e depois Lênin, na luta pela organização do proletariado e sua estruturação em um partido de classe. É certo, porém, que Marx e Engels não desenvolveram uma teoria mais acabada dos partidos políticos, nem do partido da classe operária. Foi Lênin que elaborou os fundamentos gerais da teoria de partido e que dispendeu grande parte de seu esforço revolucionário na construção e direção do partido bolchevique. Aqui tem se estabelecido uma (falsa) controvérsia: já que Marx e Engels enfatizaram essencialmente, em suas formulações teóricas, o papel da classe operária e sua missão histórica, teriam eles dado menor relevância ao papel do partido? E, ao desenvolver a concepção de partido e se debruçar sobre seus aspectos organizativos teria Lênin desvirtuado a idéia de partido como *instrumento* das massas proletárias e subestimado o papel destas na obra de sua própria emancipação?

É preciso entender essa problemática nas condições históricas e políticas em que se deram as contribuições de Marx e Engels e as de Lênin ao marxismo enquanto teoria da transformação social revolucionária. Marx e Engels são os próprios fundadores desta teoria, num contexto em que o proletariado surge como um "novo beligerante", o "terceiro", na luta pelo poder, como formulava Engels³, quando há simplificação e uma agudização das relações de classe capitalistas e a luta de classes toma a forma de choques abertos entre a burguesia e o proletariado; quando este aparece no cenário histórico enquanto classe com intervenção própria e reivindicando papel histórico independente; quando, enfim, se põe a nu a contradição básica da sociedade capitalista - a produção social, coletiva e a apropriação individual, privada - e as exigências cada vez mais intensas do desenvolvimento material da sociedade radicalizam este conflito, colocando a classe operária como a única capaz de solucioná-lo porque, no centro da produção social, tem o potencial revolucionário de abolir as relações capitalistas e transformar a apropriação privada em coletiva.

Até então, todas as idéias socialistas não viam o papel da classe operária no processo objetivo da transformação social, nem do ponto de vista teórico, nem, muito menos, do ponto de vista de sua capacidade de mobilização revolucionária para conquistar sua própria emancipação. Neste contexto, tratava-se, para Marx e Engels, de acentuar a capacidade de auto-emancipação da classe operária, seja para "situar o socialismo no terreno da realidade"⁴, seja para repudiar a pregação doutrinária filantrópico-burguesa que, no seio da I Internacional, visava impedir a ação política de massas do proletariado.

² MILLIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*. Zahar: Rio de Janeiro, 1979, p. 11.

³ A propósito, veja-se Engels, *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. In: Marx e Engels. *Obras Escolhidas*. Vol. 3, Alfa-Ômega, São Paulo, p. 200.

⁴ ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Fulgor, São Paulo, 1962, p. 54.

Marx faz questão de marcar a diferença entre os "sectários filantrópicos" e os "primeiros socialistas (Fourier, Owen, Saint-Simon etc)", já que estes, devido a que as "condições sociais não estavam suficientemente desenvolvidas de modo a permitir a constituição da classe operária como uma classe militante, foram necessariamente obrigados a limitar-se a sonhar com a *sociedade modelo* do futuro, sendo, pois, conduzidos a condenar todas as tentativas como greves (...), movimentos políticos em curso pelos operários (...)" e, se não podia "repudiar estes patriarcas do socialismo", seus erros, no mínimo, deveriam ser evitados porque "cometê-los, seria inescusável (...) outra era a situação dos burgueses doutrinários e cavalheiros descolados, que são tão estúpidos ou tão ingênuos que tentam negar à classe operária quaisquer meios reais de luta"⁵. (grifo de Marx)

A ênfase à própria obra da classe operária era, portanto, indispensável na luta contra aqueles que pensavam que o proletariado "é incapaz de libertar-se por seus próprios esforços", valendo a advertência de Marx e Engels em carta à direção do Partido Social-Democrata Alemão dos Trabalhadores: "quando a internacional foi formada, nós expressamente formulamos o grito de batalha: a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra da própria classe trabalhadora. Não podemos, portanto, aliar-nos àqueles que abertamente declaram que os trabalhadores são em demasiado sem instrução para se libertarem a si mesmos, devendo primeiro ser libertados de cima por grandes e pequenos burgueses filantrópicos"⁶.

O fato de Marx e Engels centrarem suas preocupações na emancipação da classe e, ao fazerem isso, passarem por cima de aspectos organizativos, como, por exemplo, da forma em que deve ser estruturado o partido, não significa, em absoluto, terem deixado de assentar as bases da concepção revolucionária de partido. Tiveram, também, participação ativa na elaboração dos programas e na constituição dos partidos comunistas de sua época. A resolução da Conferência de Londres de 1871 (depois incluída nos estatutos da Internacional em virtude de emenda adotada no Congresso de Haia de 1872) não deixa dúvidas quanto ao tipo do partido exigido pela luta revolucionária da classe operária: "(...) contra o poder coletivo das classes proprietárias a classe operária não pode agir como classe, exceto constituindo-se em um partido político que seja distinto dos velhos partidos formados pelas classes proprietárias e a eles se oponha"⁷. Contudo, não é certo dizer que Marx e Engels não tenham formulado princípios organizativos. As normas contidas nos Estatutos da Liga dos Comunistas (2º Congresso, 1847) deixam germinadas, desde então, as formas do sistema de comitês, ao estabelecerem a organização da Liga (Art. 5º) "em comunas, distritos diretores, conselho central e congresso" e, nas seções seguintes dos estatutos especificam a composição, as atribuições e relações orgânicas de cada nível⁸. E, ainda, durante todo o processo de constituição e atividades da Internacional, foram travadas intensas batalhas em torno da questão de organização, desde a divergência sobre o direito de serem delegados aos congressos tanto operários manuais quanto intelectuais (que se deu sobre o art. 11 dos regulamentos especiais da Internacional no Congresso de Genebra, 1866) até a luta pelo fortalecimento do Conselho Geral da Internacional como centro dirigente⁹.

Já as condições políticas em que Lênin exerceu sua atividade revolucionária e se dedicou à elaboração teórica foram outras: na situação da Rússia absolutista, sob o regime despótico do czar e debaixo de aberta repressão, a classe operária para fortalecer-se em seus levantes de massas necessitava sobremodo de uma arma especial que para Lênin seria o partido. Como estrategista da primeira revolução socialista no mundo Lênin deixa transparecer em fervilhar ativista na sua concepção de partido que o leva a uma cuidadosa e rica elaboração teórica em matéria de organização. Ele vê a necessidade de um partido especial, com estreito vínculo à classe operária e acentua a necessidade de organização e direção contra a concepção fatalista que predominava até então nos fóruns da II Internacional, segundo a qual ao crescimento do proletariado corresponderia inexoravelmente o fortalecimento do partido. Ao final de seu conhecido texto *Um Passo Adiante, Dois Atrás*, Lênin deixa clara esta idéia: "em luta pelo poder o

⁵ MARX, Karl. *Political Indifferentism* (publicado em 1874 no Almanacco Republicano). In: *The First International and After, Political Writings*, vol. 3, edição e introdução de David Fernbach, Penguin Books, Middlesex, England, 1974, p. 329.

⁶ MARX & ENGELS. *Circular Lether to Bebel, Liebknecht, Bracke et al* (1879). In: Op. Cit, ibidem, p. 370 e 375.

⁷ _____ . Resolution of the London Conference On Working Class Political Action. In: Op. Cit., ibidem, p. 270.

⁸ _____ . "Estatutos da Liga dos Comunistas". In: *O partido de classe (Teoria, Atividade)*. Publicações Escorpião. Porto. 1975, p. 26-29.

⁹ Sobre o assunto ver documentos da I Internacional e circular de Marx à Associação Internacional dos Trabalhadores e à Aliança da Democracia Socialista. 1868. In: Op. Cit, ibidem, p. 65 e 68.

proletariado não dispõe de outra arma além de sua organização". E prossegue: "o proletariado só pode chegar a ser e será inevitavelmente uma força invencível se, unido no plano ideológico pelos princípios do marxismo, consolidar esta unidade pela unidade material de uma organização que coesione milhões de trabalhadores no exército da classe operária"¹⁰.

No entanto, como diz Milliband, "Lênin não temia a passividade da classe trabalhadora, mas que faltasse à sua luta a eficácia política e o propósito revolucionário", e "sabia muito bem que o partido não podia desempenhar suas tarefas sem estar respaldado e envolvido na experiência das massas"¹¹. O caráter emancipacionista da própria luta de classe operária é sempre reafirmado por Lênin, até mesmo em seus textos em que, especificamente, enfatiza a organização do partido. O próprio Lênin, em um comentário ao *Que Fazer?* - no Prefácio à Recompilação *Em Doze Anos* -, diz: "[o] folheto sublinha muitas vezes que a organização que proponha só tem sentido se se relaciona com uma classe que se levanta espontaneamente para a luta" e "esta capacidade objetivamente máxima do proletariado para unir-se em uma classe é atributo de pessoas vivas e se expressa em determinadas formas de organização"¹².

Separar, pois, a tática de organização de partido das condições históricas em que se situava, quando a luta era contra "o economicismo então predominante"¹³, bem como atribuir à concepção leninista de partido menosprezo ao papel das massas, seria cair no reducionismo conceitual de enxergar em Lênin apenas um único modelo organizativo. Neste sentido, tem razão Monty Johnstone quando, ao defender a essência da concepção de partido leninista, diz: "baseando-se em suas análises teóricas e em sua avaliação política das diferentes condições existentes em dado momento e um país particular, Lênin favoreceu alternadamente um partido reduzido de quadros ou um grande partido de massas, com estruturas internas que iam do cupulismo conspirativo à mais ampla democracia"¹⁴.

Com efeito, o núcleo central da teoria de partido em Lênin é a introdução do conceito político de *vanguarda* e a idéia de fusão da consciência socialista com o movimento espontâneo da classe operária e, em matéria estritamente organizativa, o princípio, formulado na Conferência de Tammefors (1905), do centralismo democrático. É em torno deste núcleo central de idéias que hoje se restabelece, nos círculos de esquerda, a discussão sobre o caráter, o tipo e as formas organizativas de partido. Estariam, do ponto de vista teórico, esgotados os conceitos essenciais da concepção marxista-leninista de partido?

Estabelecida, do ponto de vista conceitual, a relação entre classe e partido na teoria política marxista é preciso definir o nexos orgânico desta relação de modo que o partido não se coloque acima da classe nem a classe perca a dimensão de sua perspectiva futura. Aqui se coloca a noção de *partido de vanguarda*, desenvolvida por Lênin que tem como ponto de partida a distinção feita por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* entre os proletários e comunistas, quando estes "destacam e fazem prevalecer os interesses comuns de proletariados independentemente da nacionalidade" e "representam, sempre, e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto", constituindo, assim, "a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o restante do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário"¹⁵. Aqui, não resta dúvida de que Marx e Engels, apesar de não explicitarem a forma organizativa, estabelecem a categoria de *vanguarda organizada*. No processo político de desenvolvimento de uma situação revolucionária concreta com o objetivo de nela intervir desde a sua preparação, Lênin vai criar o conceito *partido de vanguarda*. Os riscos (reais) do "substituísmo" (ação do partido no lugar de massas) e do "ultracentralismo" levaram a uma grande discussão em torno desse conceito. No entanto, como diz Monty Johnstone, Lênin, ao desenvolver a "idéia de um operário que abarcasse o setor mais avançado do proletariado (...) também acreditava que ela fosse complementar e não contraditória à concepção marxiana, segundo a qual, a emancipação da

¹⁰ LENIN, V. I. *Un Paso Adelante, Dos Pasos Atras*. In: Obras Escogidas. (doce tomos). Tomo 11. Progreso, Moscou, 1975, p. 392.

¹¹ MILLIBAND, Ralph. Op. Cit., p. 115.

¹² LENIN, V. I. *Extracto Del Prefacio A La Recopilacion "En Doce Años"*. In: *Que Hacer?*. Editorial Polêmica, Buenos Aires, 1972, p. 12.

¹³ Respondendo aos "polemistas" do *Que Fazer?*, em 1907, Lênin dizia que o principal erro daqueles era o fato de que "separam por completo este trabalho (...) de um período determinado do desenvolvimento de nosso partido, período que, faz tempo, pertence ao passado". Idem, p. 8.

¹⁴ JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: Hobsbawm, História do Marxismo. Vol. 6, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988, p. 16.

¹⁵ MARX & ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. In: Obras Escolhidas, vol. I. Alfa-Ômega, São Paulo, p. 31.

classe operária é obra da própria classe operária"¹⁶. Mais uma vez, aparece aqui a estreita relação teoria/prática na elaboração teórica e o elemento ativo na sua concepção de partido.

Isso fica evidenciado na polêmica com Rosa Luxemburgo - também ela militante de intensa atividade prática e contribuição teórica ao Movimento Comunista Internacional. Com relação ao partido de vanguarda e sua ação centralizada, Rosa temia que acabasse por controlar a classe trabalhadora e sufocar seus impulsos criadores; comparava o partido leninista ao "blanquismo" e criticava acirradamente o que considerara "ultracentralismo preconizado por Lênin (...), portador (...) do espírito estéril do guarda noturno"¹⁷.

No entanto, embora sem formular com precisão, aceita um tipo de centralismo que distingue do blanquismo. Contudo, afirma que tanto na Rússia quanto na Alemanha, como em toda parte "(...) a tática de luta da social-democracia não é de modo algum 'inventada', mas é o resultado de uma série ininterrupta de grandes atos criadores da luta de classes experimental"¹⁸.

Apesar disso, Rosa, marxista que era, na luta contra o expectativismo positivista de Kautsky e da II Internacional, retifica sua posição sobre a ação do partido, em texto conhecido como *Brochura Junius*, verdadeiro libelo contra o capitulacionismo da social-democracia. Entre outras passagens, ela fala em "dirigentes da social-democracia enquanto vanguarda do proletariado" e, retomando sua própria discussão sobre greve de massas diz que "a social-democracia é chamada, num período revolucionário, a tomar a direção política" (grifo de Rosa). E que "o mais importante papel de direção (...) consiste em regular a tática da luta política (...) de modo a que seja realizada e posta em ação a totalidade da força do proletariado (...) e que esta força se exprima pela posição do partido na luta". (grifo de Rosa)¹⁹. Embora sem abandonar a defesa da "ação autônoma das massas", aqui fica nítida a mudança em relação à idéia de que as direções tenham pouco papel a jogar na elaboração da tática. Mesmo assim, o medo do "substituísmo" persegue Rosa Luxemburgo até o final de sua vida.

O Programa da Liga Spartakus, adotado no Congresso da Fundação do KPD, em dezembro de 1918, define que: "A Liga Spartakus nunca tomará o poder a não ser pela vontade clara e inequívoca da grande maioria da massa proletária de toda a Alemanha. Ela só tomará o poder se essa massa aprovar conscientemente os projetos, objetivos e métodos de luta da Liga Spartakus"²⁰. Mas, o próprio trabalho intenso de agitação revolucionária da Liga, em meio a uma situação já revolucionária na Alemanha, acende o coração das massas, que criam um clima de insurreição. O KPD - que não tinha por objetivo tomar o poder senão com o apoio "inequívoco" da grande maioria de todo o proletariado alemão -, vê-se diante de uma realidade objetiva: ou assumia a direção da insurreição (que considerava imatura) partindo para o assalto ao poder, ou deixava passar o momento da revolução, entregando a massa à sua própria sorte. E, então, Liebknecht cria um comitê provisório e mais tarde proclama que o "comitê revolucionário assumia provisoriamente as funções governamentais". A isso teria dito Rosa, consternada: "Mas Karl, e o nosso programa?"²¹. Prevaleceu o espírito revolucionário e o coração apaixonado da ativista consciente: nos últimos momentos de sua vida dedicou-se febrilmente ao trabalho de direção da "ação autônoma das massas" visando impedir o fracasso da insurreição.

À crítica de Rosa quanto ao "ultracentralismo" do partido Lênin responde assinalando as características concretas e peculiares do desenvolvimento da luta na Rússia e o estágio em que se encontrava o partido lá. Acentua a necessidade de superar a dispersão das organizações locais e afirma não se tratar de nenhuma "obediência de cadáver"²², como dizia Rosa, mas apenas de definir o direito de "o Comitê Central representar por si mesmo a orientação da maioria do

¹⁶ JOHNSTONE, Monty. Op. Cit., p. 16.

¹⁷ LUXEMBURGO, Rosa. *Questões de Organização da Social-Democracia Russa*. In: A Revolução Russa. Vozes, Petrópolis, 1991, p. 48.

¹⁸ Idem, p. 47

¹⁹ LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social-Democracia*. Editorial Presença, Portugal, 1975, p. 158-159.

²⁰ LUXEMBURGO, Rosa. *O que quer a Liga Spartakus*. In: A Revolução Russa. Op. Cit., p. 110.

²¹ BADIA. *Rosa Luxemburg, journaliste, polémiste révolutionnaire*. Apud, Izabel Maria Loureiro, em sua Introdução à *Revolução Russa*. Op. Cit., p. 29.

²² LUXEMBURGO, Rosa. Idem, p. 45

Congresso"²³. Estas respostas de Lênin deveriam ter sido publicadas no jornal *Neue Zeit*, em 1904, mas Kautsky recusou publicá-las e, por isso, não foram conhecidas durante muito tempo.

Quanto à questão da vanguarda organizada, Lênin a entende sempre como um destacamento de combate, forjado na - e a partir dela - luta das massas, apto a intervir nos momentos decisivos e, através da ação política e uma tática correspondente ao movimento real, a conquistar a qualidade de direção política do processo revolucionário. Como já se disse, a premência do elemento ativo está sempre presente na concepção leninista de partido de vanguarda. Lênin, certamente, não se teria deparado com o dilema de Rosa diante das massas em clima insurrecional. Ele considera que uma organização de revolucionários fortes e centralizada se faz mais necessária ainda quanto mais pujante for o movimento de massas; e seu papel deve ser dirigir as fases preparatórias da luta até os momentos de grandes explosões, "estando sempre disposto a tudo, porque muitas vezes é quase impossível prever por antecipação como se alternam os períodos de explosão com os de calma". E acrescenta que a disposição é tanto de "salvar a honra, o prestígio e a continuidade do partido nos momentos de maior `depressão' revolucionária" quanto de "preparar, fixar e levar à prática a insurreição armada de todo o povo" (grifo de Lênin)²⁴. Contudo, Lênin não via a vanguarda como portadora de uma "etiqueta" que, por si só, a distinguiu das demais forças e das massas: "para chegar a ser uma força política aos olhos do público, é preciso trabalhar muito (...) para elevar nosso grau de consciência, nossa iniciativa e nossa energia" e "não basta intitular-se vanguarda, destacamento avançado: é preciso trabalhar de modo a que todos os demais destacamentos venham a reconhecer que marchamos à cabeça"²⁵.

Portanto, o risco do "substituísmo" não vem embutido na formulação conceitual de partido de vanguarda em Lênin. A permanente tensão vanguarda/movimento de massas é resolvida dialeticamente pela permanente ação política do partido na organização da luta política da classe operária de forma tão múltipla e criadora como a própria ação das massas, canalizando sua iniciativa para a tomada do poder. A absolutização da noção de vanguarda, transformando-a em elemento dirigente concebido aprioristicamente por cima do movimento de massas (que pôde gerar "castas privilegiadas", como ocorreu nas experiências socialistas), sem dúvida decorre de uma visão esquemática que tem permeado o marxismo, alheia à concepção leninista de partido.

A discussão que hoje ressurge sobre o consciente e o espontâneo coloca-se nas fronteiras da armadilha determinismo/voluntarismo. Outra vez, a articulação política e a relação dialética são os meios de ultrapassagem. Lênin - referindo-se à polêmica com Plekhanov sobre *Que Fazer?* - recusa-se a retomá-la naquele momento, pois se tratava de uma "querela fundada em frases arrancadas do contexto, em expressões soltas que eu não havia formulado suficientemente bem ou com bastante exatidão"²⁶. Afirmado que o "*Que Fazer?* corrige polemicamente o economicismo", Lênin recorre, novamente, à tese da "nota forçada" (ou da "curvatura do bastião") que já havia usado no Segundo Congresso do POSDR, (conforme Atas publicadas em 1904): "no segundo congresso (...) empreguei uma expressão, citada muitas vezes posteriormente, sobre a nota forçada. No *Que Fazer?* se corrige a nota forçada pelos economicistas" e "precisamente porque corrigimos energeticamente as deformações nossa `nota' será sempre a mais justa (...) seria equivocado considerar o conteúdo do folheto fora do objetivo a que se propunha"²⁷.

À parte as "imprecisões" referidas por Lênin, e ressalvados os aspectos por ele apontados, para se retomar essa polêmica hoje é preciso fazê-lo do ponto de vista político e histórico. Para Lênin, consciência e espontaneidade não são de modo algum separadas mecanicamente; ao contrário, há entre elas uma articulação dialética, já que o movimento espontâneo corresponde a um estágio da consciência porque há "diferentes classes de espontaneidade" e, "no fundo, o elemento espontâneo não é senão a *forma embrionária* do consciente"²⁸ (grifo de Lênin). Percebe-se aqui sempre haver o elemento espontâneo em perene movimento ao consciente e, embora o consciente não possa abarcar o espontâneo totalmente, a ele não se submeter. Porque qualquer rebaixamento do papel da consciência socialista sobre o movimento de massas significaria deixá-lo completamente exposto à ideologia burguesa, já que esta

²³ A polêmica entre Rosa e Lênin é apresentada de forma resumida, mas viva, por Monty Johnstone em: Hobsbawm. Op. Cit., p. 28-31. A citação de Lênin, *Opere*, vol. 7. Apud, Jonhstone Monty. Op. Cit..

²⁴ LENIN, V. I. *Que Hacer?* Op. Cit., p. 270-271

²⁵ _____. Op. Cit. p. 150 e 142.

²⁶ _____. *Prefacio a la recopilacion "En Doce Años"*. In: *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 16 (Este prefácio é escrito em 1907).

²⁷ _____. *Idem*, p. 17.

²⁸ _____. *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 85.

sim atua espontaneamente sobre a classe operária. Isto se evidencia na afirmação: "A classe operária vai de modo espontâneo ao socialismo, porém, a ideologia burguesa a mais difundida (...) se impõe, não obstante, espontaneamente mais que nada ao operário"²⁹.

Retornando às considerações feitas por Lênin com respeito à polêmica levantada por Plekhanov, vê-se que o tratamento dado à questão é político, daí as referências à "nota forçada" na luta contra o espontaneísmo economicista e a recusa de Lênin de aceitar a discussão no campo filosófico. Conforme diz Valentino Gerratana, Plekhanov, através de uma "operação maliciosa", põe "na base de seu ataque ao *Que Fazer?* (...) a idéia de ligar o problema de relação espontaneidade/consciência ao tema filosófico da relação entre o ser e a consciência". Completamente estranha às formulações de Lênin³⁰. Stalin, segundo Gerratana, aceita a discussão no terreno filosófico e cai na armadilha determinismo/voluntarismo, acentuando a "curvatura do bastão".

Neste ponto, à dialética espontâneo/consciente se entrelaça uma outra discussão: como se gera a teoria socialista. Ao rebater as críticas de Plekhanov que insistia em trazer a questão filosófica, segundo a qual, é o "ser que determina a consciência" e, portanto, "as idéias não caem do céu", Stalin entra em um viés purista, absolutizando a separação da consciência socialista e exaltando o papel da teoria formada de fora para dentro do movimento espontâneo: "se o movimento espontâneo não engendra por si mesmo a teoria do socialismo (...) então esta nasce *de fora* do movimento espontâneo, da observação e estudo deste movimento por homens equipados com os conhecimentos de nosso tempo. Isto significa que a teoria do socialismo é elaborada `de forma completamente independente do desenvolvimento do movimento espontâneo' e até mesmo apesar dele, sendo então introduzida naquele movimento, *de fora, corrigindo-o* em conformidade com seu conteúdo, isto é, em conformidade com as exigências objetivas da luta de classes do proletariado"³¹ (grifos de Stalin). À primazia absoluta dada por Plekhanov ao desenvolvimento objetivo (determinista) rumo ao socialismo, quase prescindindo da teoria, Stalin opunha esta última quase como uma fórmula saneadora, apta a "corrigir" o movimento e a "salvaguardar as massas das perniciosas influências do revisionismo, terrorismo (...) e anarquismo"³². Parece também esquemática a conhecida teoria da "bússola", segundo a qual o socialismo é uma bússola e o movimento operário uma nave. A bússola, sem a nave, é inoperante, enferruja. A nave sem a bússola, ainda que chegue à outra margem, encontra muitos perigos. Com a bússola chegaria mais rápido e enfrentaria menos perigos. A união da bússola com a nave levaria diretamente à outra margem, sem avarias. "Unam o movimento operário com o socialismo e vocês terão o movimento social-democrata que *por via direta* chegará à terra prometida"³³ (grifo meu). Esta formulação acaba por reduzir a dialética da fusão da teoria socialista com o movimento espontâneo a uma mera equação.

Ainda com relação a como se engendra a teoria socialista, para críticos atuais de Lênin, ele se baseia em Kautsky para formular que a teoria vem de fora do movimento operário - elaborada por intelectuais - e, na visão contemplativa de Kautsky, "paira" acima da classe. Em primeiro lugar, como diz Luis Fernandes, a tese não significa que "os operários devem ser dirigidos por intelectuais no `seu' partido revolucionário" e sim que "a defesa científica do socialismo não surgiu historicamente no seio do próprio proletariado, mas da produção teórica de intelectuais identificados com a `causa operária' (...); diz respeito, portanto, à *gênese histórica* da `moderna teoria socialista' e não a uma relação social a ser preservada e perpetuada nos partidos socialistas"³⁴ (grifo de Fernandes). Em segundo lugar, justamente ao citar o trecho do artigo de Kautsky sobre o esboço de programa do Partido Social-Democrata Austríaco (1901) que fala na elaboração da teoria socialista "de fora" da classe operária, é ilustrativo que Lênin, ao comentar: "já que não se pode falar de uma ideologia independente, elaborada pelas próprias massas trabalhadoras no curso de seu movimento", imediatamente assinala em nota de pé de página: "Isto não significa, naturalmente, que os operários não participem desta elaboração. Porém, não participam na qualidade de operários, mas de teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling; em outros termos, só participam no momento e na medida em que logrem, em menor ou maior grau, dominar a ciência de seu século e fazê-la avançar"³⁵. De novo, a forte presença do elemento ativo na

²⁹ LENIN, V. I. *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 85.

³⁰ GERRATANA, Valentino. *Stalin, Lênin e o marxismo-leninismo*. In: Hobsbawm. Op. Cit., p. 227, vol. 9.

³¹ STALIN, J. *A Leter From Kutais*. In: *Works*, vol. I, Red Star Press, London, 1975, p. 56-57.

³² _____, Idem, p. 56.

³³ _____, *Briefly about the disagreements in the Party*. In: Op. Cit., p. 104.

³⁴ FERNANDES, Luis. *O Comunismo e o Estado* (Teoria Política Marxista a partir de Lênin). In: *Princípios*, n. 21, 1991, p. 62.

³⁵ LENIN, V. I. *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 81.

concepção de Lênin, que o distancia de qualquer fatal revelação de "uma boa nova" socialista, conforme deixa transparecer a visão kautskiana. Para Lênin, é, pois, permanente desafio a formação de teóricos operários, quadros dirigentes de sua própria luta revolucionária. A concepção leninista de partido incorpora uma febril articulação teoria/prática que nada tem a ver com positivismo.

Por fim, atualizar a polêmica sobre o centralismo democrático significa enfrentar os argumentos que buscam demonstrar o "arcaísmo" deste princípio organizativo. Na realidade, ser arcaico é não entendê-lo em sua dinâmica e em sua trajetória histórica, reduzindo-o a um único modelo organizativo. São conhecidas as objeções feitas à idéia de "revolucionários profissionais" e de organização altamente centralizada preconizadas por Lênin no *Que Fazer?*. Hoje, como antes, crítica-se o aspecto conspirativo e a ausência de democracia. Acrescenta-se que tais idéias foram desenvolvidas no início do século e, agora, no limiar de um novo milênio, se tornaram obsoletas, devendo ser substituídas por modernos princípios organizativos. Seriam tais observações consentâneas como a essência do centralismo democrático com princípio vivo de organização do partido de classe do proletariado? Ou o seu entendimento precisa despir-se de uma capa dogmática, tanto do ponto de vista conceitual quanto prático?

A vitalidade do centralismo democrático relaciona-se à sua dinâmica interna (relação centralismo/democracia), às condições históricas e políticas da luta de classes e ao estágio de desenvolvimento do partido. Não observar estas premissas significa cair no dogmatismo capaz de gerar distorções (como as que parecem ter ocorrido nas experiências de construção do socialismo) que tornam o princípio burocrático e formal.

Contudo, aqueles que negam a atualidade do princípio também padecem de uma espécie de "dogmatismo ao contrário" vendo o centralismo democrático como um alfa imutável, parado no tempo. Desenvolver a compreensão do centralismo democrático, teórica e praticamente implica, antes de tudo, trazer a discussão para o terreno histórico e político.

Desde o início, às críticas feitas ao partido de quadros e à excessiva centralização, Lênin contrapunha as duras condições da luta contra o czarismo, a iminência da revolução no "país da autocracia" e o objetivo primordial de derrubar o maior baluarte da reação mundial que era o regime do czar. Para tanto, seria necessário superar as inúmeras organizações dispersas e seus métodos "artesanais" e construir um partido de combate, dotado de mecanismos revolucionários e constituído de "revolucionários profissionais (...) sejam estudantes ou operários (...) que se ocupam profissionalmente de atividades revolucionárias e que tenham já uma preparação profissional na arte de lutar contra a polícia política" já que "não pode haver um movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes que assegure sua continuidade"³⁶.

Nas condições de clandestinidade só uma organização combativa centralizada seria capaz de enfrentar os ataques da repressão, assim como preparar um levante revolucionário. Lênin distinguia as condições da Rússia autocrática dos países onde havia liberdade política, como na Alemanha - o que distinguia também as formas organizativas do partido russo e do alemão.

Considerava ridículo falar em "amplo princípio democrático" em uma "organização que se oculte", pois democracia supõe "publicidade completa e caráter eletivo de todos os cargos". Neste sentido, "democrática era a organização do Partido Social-Democrata Alemão porque tudo nele se faz publicamente, inclusive as sessões de seu congresso" e como o embate político de idéias se dá de forma aberta, o caráter eletivo se afirma por si mesmo, já que pode acompanhar a vida política dos dirigentes e suas posições através dos jornais, sendo "natural que a este ou àquele dirigente todos os membros do partido possam eleger com conhecimento de causa para determinado cargo"³⁷.

Já em 1903, no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (um ano após o *Que Fazer?*) Lênin dirá aos contestadores do "partido como organização meramente conspirativa" que se haviam esquecido de que o livro considerava toda uma série de diversos tipos de organização, desde as mais fechadas às mais amplas. Em *Um Passo Adiante, Dois Atrás*, escrito em 1904, Lênin refere-se a este trecho de seu discurso ao II Congresso, a propósito da

³⁶ LÊNIN, V. I. Idem, p. 197-198.

³⁷ _____, Idem, p. 217-218.

discussão dos estatutos do partido: "Não se deve pensar que as organizações do partido devem ser constituídas apenas por revolucionários profissionais. Necessitamos organizações das mais variadas, de todos os tipos, categorias e matizes, começando por organizações extraordinariamente reduzidas e conspirativas e terminando por organizações muito amplas e livres ('lose')"³⁸.

A organização de revolucionários profissionais representa, pois, momento necessário para a construção do partido e projeta sua importância ao longo de diversas formas organizativas, de acordo com as condições concretas e na perspectiva de assegurar a continuidade do partido.

A partir do momento em que as condições foram favoráveis, Lênin propôs medidas democráticas (logo a partir de 1903) e, de 1905 a 1907, imprimiu as modificações necessárias para transformar o partido em "partido de massas", capaz de intervir na luta revolucionária em ascensão. Já em 1905 Lênin fala no "desmoronamento" da clandestinidade, na necessidade da reorganização do partido diante da nova situação que exigia uma nova forma de célula, mais livre, "mais lose"; na admissão ampla de militantes (principalmente operários), na elegibilidade dos organismos do partido e na criação de organizações legais e ilegais, combinando o trabalho legal com o clandestino.

O centralismo democrático toma corpo e a expressão surge pela primeira vez na Conferência de Tammefors, da fração bolchevique, em 1905, e será incorporada aos estatutos do partido no IV Congresso (de Unificação) realizado em Estocolmo em 1906. O congresso decide que as organizações do partido teriam por base o princípio do centralismo democrático e o funcionamento interno das organizações partidárias era autônomo, bem como estabelece: o direito de publicação da literatura de partido sob o próprio nome das organizações partidárias, a elegibilidade do comitê central pelo congresso e o congresso como órgão máximo do partido.

Até 1912, as frações bolchevique e menchevique vão conviver no partido e Lênin trava intensa luta contra as tendências liquidacionistas que visavam substituir o partido por um outro. Nova polêmica se dá em torno da organização clandestina que os mencheviques consideravam desnecessária. A Conferência de Praga sela a cisão com os mencheviques e Lênin vai considerar impossível a unidade com liquidacionistas, pois "não se trata de uma divergência organizativa sobre o modo de construir o partido, mas de uma divergência sobre a questão de existência do partido"³⁹. (39)

O X Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia, realizado em 1921, já com o partido no poder, vai enfrentar a luta contra o fracionismo, definido por Lênin como "formação de grupos com uma plataforma especial e com a tendência a isolar-se até certo ponto e criar sua própria disciplina de grupo"⁴⁰. O congresso dissolve as frações e estabelece cuidadosa resolução a respeito da unidade do partido, recomendando a organização da crítica aos defeitos do partido "de modo a que toda proposta prática seja exposta com a maior clareza possível e submetida, no ato (...) ao exame e decisão dos organismos dirigentes locais do partido e do organismo central do partido"⁴¹. Contudo, toda crítica deveria ser submetida diretamente à discussão de todos os membros do partido, sem passar por nenhuma "plataforma" prévia e, para tanto, publicações especiais seriam editadas com maior frequência. O congresso reafirma as bases do centralismo democrático e Lênin rejeita uma emenda de Ryazanov que proibia qualquer eleição para o congresso com base em plataforma. Lênin argumentou que o congresso que se realizava não poderia, "de modo algum, amarrar as eleições ao próximo congresso"⁴².

Não se pretendeu aqui fazer uma análise historiográfica aprofundada da definição do princípio do centralismo democrático e de sua aplicação ao longo do processo de construção do partido leninista, mas apenas demonstrar sua criatividade e sua não-redução a uma única forma organizativa.

³⁸ _____ . *Un Paso Adelante, Dos Atrás*. In: Op. Cit., p. 330.

³⁹ LÊNIN, V. I. *Opere*. Vol. 20, p. 477, Apud Monty Johnstone. In: Hobsbawm. *História do Marxismo*, Op. Cit., p. 39

⁴⁰ _____ . *X Congresso do PC(b)US*. In: Obras Escogidas. Tomo XII, Op. Cit., p. 52.

⁴¹ _____ . *Idem*, p. 54.

⁴² _____ . *Remarks on Ryazanov's Amendment*. In: Works, vol. 32, Progresso, Moscou, 1973, p. 26.

Voltamos aqui à pergunta do início: qual partido? Se o partido em discussão é o partido da classe operária, que visa destruir o capitalismo e (re)construir o socialismo através de uma estratégia revolucionária, se o partido é instrumento e expressão política do proletariado que objetiva atuar na luta de classes preparando a revolução para derrubar a burguesia e preparar a transição para uma sociedade sem classes, os elementos essenciais da concepção marxista-leninista de partido não se esgotaram, permanecendo vivos e atuais. Os problemas hoje a enfrentar não residem nas raízes conceituais da teoria do partido, mas na sua estagnação - o que dificultou a resolução de novas questões postas pelo desenvolvimento social e especialmente pela experiência de construção do socialismo. Teoricamente, trata-se de analisar o dilema da relação partido/estado/massas no socialismo. Como evitar o "substituísmo" na organização do poder do Estado proletário? Como garantir a democracia proletária e a iniciativa cada vez maior das massas nos órgãos de poder popular? Como a consciência socialista segue se desenvolvendo no seio do movimento de massas? Estas são lacunas teóricas que precisam ser preenchidas pelos marxistas-leninistas de hoje.

Não foi a oficialização da teoria que impulsionou o desenvolvimento do socialismo. Ao contrário, pode ter sido uma das causas de sua derrota.

Para os partidos marxistas-leninistas de hoje tirarem lições das experiências socialistas e de suas próprias experiências, é preciso uma atitude nova diante da teoria e da prática, um novo espírito capaz de compreender e desenvolver a permanente relação entre o espontâneo e o consciente, e uma disposição de atualizar a relação entre o centralismo e a democracia.

Loreta Valadares

Professora de Ciências Políticas da UFBA.

(Texto publicado originalmente na revista *Princípios* nº 23, novembro/dezembro 1991 e janeiro 1992.)

FORÇA DECISIVA DA REVOLUÇÃO E DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

João Amazonas

Que questões precisam ser respondidas hoje para atualizar a teoria do Partido como organização de vanguarda revolucionária?

A derrota do socialismo na União Soviética e nos países do Leste europeu vem sendo, pouco a pouco, examinada com certa profundidade. Os aspectos teóricos e políticos aparecem com mais frequência na avaliação dos erros cometidos. Não se tem dado, porém, maior atenção aos desvios da concepção marxista de Partido, que ocorreram em vários países. Segundo os clássicos, o Partido é a força decisiva da revolução e da construção do socialismo.

Marx iniciou sua grande obra teórica publicando o *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, que até hoje serve de orientação ao movimento revolucionário. Nesse documento, ele conclamava os operários a se organizarem como classe, tendo por objetivo liquidar a dominação da burguesia e construir o poder proletário.

Engels considerava como "condição necessária da passagem ao novo regime social não só a existência das premissas materiais da sociedade futura, mas também dos homens e das mulheres, que serão os únicos a

possuir força e vontade para chamar à vida esta sociedade nova e melhor". Destacava que "tais pessoas necessitarão de um elevado grau de consciência, de uma vontade inabalável e de energia revolucionária".

Tanto Marx quanto Engels entendiam que o Partido, armado dos princípios revolucionários, devia ser o intérprete e o condutor das mudanças. Não bastava a simples existência do Partido. Era preciso que reunisse as qualidades indispensáveis ao cumprimento da sua missão histórica. Por isso, criticaram o ecletismo do Programa de Gotha que servia de base à formação do Partido Operário da Alemanha. Neste predominavam teses errôneas de Lassalle, combatidas pelo marxismo. Marx e Engels aconselhavam os dirigentes comunistas alemães em termos incisivos: "Pactuai acordos para alcançar objetivos práticos do movimento, mas não trafiqueis com os princípios, não realizeis `concessões' teóricas".

Foi Lênin quem, pela primeira vez, desenvolveu a teoria do Partido como organização dirigente da classe operária e como instrumento insubstituível à vitória da revolução socialista. Elaborou seus fundamentos nos planos ideológico, organizativo, tático e de ação de massas. Sustentou a idéia do Partido de princípios, marxista que atua em todas as lutas dos trabalhadores e do povo, mantendo sempre sua feição revolucionária. O Partido devia ser organização de vanguarda, uma vez que somente uma parte da sociedade, e mesmo da classe operária, tem condições de compreender em profundidade o processo da transformação histórica.

A unidade das fileiras partidárias foi acentuada por Lênin, unidade de vontade e de ação dos combatentes proletários. Repudiava a falsa unidade entre revolucionários e oportunistas. O Partido não é uma organização de frente única onde cabem diversas correntes em pugna por objetivos limitados. Ele viveu, no início do século, a experiência da luta durante muitos anos, na Rússia, pela formação do Partido operário. Então, se agrupavam na mesma organização várias correntes de esquerda, destacadamente os mencheviques e os bolcheviques, o que levava, na prática, à existência de duas linhas, duas táticas, duas condutas políticas.

Em 1912, na Conferência de Praga, Lênin rompeu definitivamente com os mencheviques, corrente oportunista pequeno-burguesa, e criou o Partido independente, bolchevique, que assumiu a direção do movimento revolucionário. Graças a essa direção, tornou-se possível a vitória da Revolução de Outubro.

Esse Partido, de um heroísmo sem precedentes, enfrentou a intervenção armada na Rússia dos 14 Estados, resolveu o problema da fome que imperava no país, derrotou os grupos de "esquerda" e de direita que tentaram desviar o proletariado e seus aliados do caminho correto. Organizou a coletivização da agricultura e, mais tarde, à frente do povo soviético, venceu a Alemanha nazista. Superando enormes dificuldades, dirigiu a construção do socialismo.

Eis por que é difícil compreender como foi possível, sem maior resistência, a derrota da causa operária na União Soviética e nos países do Leste europeu. Que foi feito do Partido bolchevique criado por Lênin? Que sucedeu com a orientação geral dos fundadores do marxismo sobre o Partido?

Indubitavelmente, o PCUS degenerou. A derrota do socialismo começou precisamente com a degeneração dessa organização de vanguarda. Ainda no tempo de Stalin já apareciam sérios indícios. O PCUS burocratizava-se, desligava-se da classe operária e das amplas massas populares, caía na rotina e no formalismo, estimulava a fé supersticiosa nos dirigentes, em especial na pessoa de Stalin e membros do Birô Político. Muitos quadros ligados à direção faziam "carreira" política no Partido visando a interesses pessoais. Depois da morte de Stalin, cuja liderança incontestável assegurava a unidade das fileiras partidárias, os fenômenos de degenerescência apareceram nitidamente e se acentuaram. A indicação de Krushev para o lugar de Stalin foi o estopim da degradação. Tipo aventureiro e oportunista, não tinha

condições político-ideológicas de assumir esse posto. Em curto prazo, atuou como inimigo do socialismo. Já em 1956, no XX Congresso do PCUS, apresentou um relatório "secreto" contra Stalin e o Partido. Seu ajuste de contas com Béria, à margem de um processo normal de apuração de faltas, criminosas ou não, e depois o golpe de Estado de 1957, diante do qual a direção superior do Partido capitulou vergonhosamente, são fatos indicativos do grau de degenerescência que medrava no PCUS. Daí por diante, sob o domínio do revisionismo contemporâneo, o Partido degingolou totalmente.

A decadência ocorreu também nos países do Leste europeu. Na Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, o Partido perdeu suas características revolucionárias, seguiu a orientação soviética ou adotou caminhos "próprios", nacionalista-burgueses. Também na Albânia, depois da morte de Enver Hoxha, o PTA rendeu-se, entregou o poder, sem luta, aos inimigos do socialismo.

A degenerescência alcançou partidos comunistas de vários países do mundo capitalista. É o caso do Partido Comunista da Espanha, sob a direção de Santiago Carrillo. Esse partido comunista, antes chefiado por José Dias, dera exemplo de grande bravura e combatividade na guerra antifascista. Durante o longo período da ditadura de Franco, o Partido perdeu muitos de seus quadros, acomodou-se e acabou adotando as posições direitistas do eurocomunismo. É o caso também do Partido Comunista da Itália que, sob a direção de Palmiro Togliatti, afundou no charco do oportunismo, transformou-se num partido social-democrata de centro-direita. E é igualmente o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), dirigido por Luis Carlos Prestes, que assumiu a linha kruschevista. A maioria dos partidos comunistas, durante o predomínio do revisionismo na União Soviética, afastou-se do leninismo; tornaram-se partidos de reformas, aliados da burguesia, do imperialismo. Poucos resistiram e mantiveram sua independência organizativa, política e ideológica. Vários deles extinguiram-se ou se reduziram a pequenos grupos inofensivos social-democratas.

O fenômeno desagregador não é, porém, insólito. Já os Partidos da II Internacional, às vésperas da I Grande Guerra, abandonaram o caminho revolucionário e aderiram à burguesia imperialista. Tomaram o rumo da social-democracia. Apenas o que era dirigido por Lênin resistiu. Figuras expressivas do movimento operário internacional, como Kautsky e Plekhanov, passaram ao campo dos inimigos do socialismo.

Constata-se, assim, que a degenerescência do Partido tem ocorrido em diferentes períodos, e manifestou-se tanto antes quanto depois de vitoriosa a Revolução. Sempre que isso aconteceu, o movimento proletário mundial sofreu duros golpes, retrocedeu. Contudo, a idéia do Partido revolucionário manteve-se viva.

Há um século e meio, a classe operária empenha-se em forjar o seu Partido de vanguarda. A história dessa luta é também a história da luta pelo socialismo. Socialismo e Partido são inseparáveis. Apareceram juntos e caminharam juntos no histórico cenário dos entrecioques de classes. É impossível mudar o regime econômico-social sem ter como suporte fundamental uma organização de vanguarda. Se o Partido entra em crise ideológica e política, isso se reflete na batalha pelo socialismo.

Impõe-se, assim, examinar as causas determinantes do fenômeno degenerativo que se repete desde há muito, e adotar as medidas capazes de preveni-lo. Mesmo porque o socialismo somente renascerá com a força necessária para se impor como sistema dominante no mundo se houver Partidos de perfil marxista identificados com princípios baseados na ciência social orientando e dirigindo a luta por uma sociedade "nova e melhor".

Desde logo, pode-se afirmar que os êxitos e insucessos do proletariado revolucionário estão relacionados com a questão da luta de classes em constante acirramento. Marx assinalava que "a história de todas as sociedades (...) é a história da luta de classes. Na época da burguesia toda a sociedade vai dividindo-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a

burguesia e o proletariado". Essa "luta de classes é a força-motriz dos acontecimentos". Destacava ainda que no enfrentamento com a burguesia "só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária".

O Partido deve ter presente em sua atividade essa orientação básica. Para vencer, é preciso situar-se ideológica e politicamente no campo do proletariado, não apenas na fase da Revolução, mas durante todo o período de transição até a passagem ao comunismo, abrindo caminhos novos à transformação da sociedade.

Os fracassos originam-se, em última instância, das posições de conciliação de classes, das ilusões pequeno-burguesas de que se pode triunfar nos marcos do regime capitalista, ou realizar as mudanças históricas adaptando-se às normas e ao estilo de vida burgueses. A conciliação com a burguesia é o fundamento da política social-democrata que envolve desde Kautsky e Togliatti e Santiago Carrillo até Kruschew, o defensor dos "três pacíficos", de teor descaradamente oportunista: o caminho pacífico, a competição pacífica e a coexistência pacífica.

Certamente, a luta de classes não pode ser enfrentada de maneira mecânica, sectária. O proletariado luta em todos os terrenos, utilizando as contradições existentes no campo adversário, defendendo as conquistas sociais, as liberdades democráticas, avançando passo a passo na estrada que conduz à Revolução e ao socialismo.

Além disso, há que se considerar possíveis distorções na aplicação do correto princípio de *partido de vanguarda*. Lênin traçou sabiamente a feição do partido desse tipo. Não era suficiente ser destacamento de vanguarda, baseado na doutrina marxista; tinha que ser, ao mesmo tempo, um destacamento de classe, uma parte da classe, intimamente a ele vinculado. Enfatizava que o Partido não teria condições de dirigir a classe se não estivesse ligado às massas sem-partido, se essas não aceitassem sua direção, se o Partido não gozasse de crédito moral e político entre as massas. Esse entrosamento da parte com o todo é que permite a perfeita sintonia na atividade político-social, visando alcançar os objetivos programáticos.

Embora defendendo formalmente tais princípios, os partidos no poder podem deles afastar-se sempre que minorizem o conceito abrangente de *partido de vanguarda*, tornem-se auto-suficientes, uma organização à parte que tudo sabe e tudo pode, sobrepondo-se às massas. É possível que o PCUS e outros Partidos comunistas governantes nos últimos tempos tenham assim procedido. Ao invés de um destacamento da classe, se transformaram numa entidade superior que se bastava a si mesma. Não dirigiam apoiados na classe, estreitamente a ela vinculados, inspirados na luta de classes, mas de forma independente, fechada em si mesma. A cabeça separada do corpo degenera inevitavelmente.

O liberalismo é outro fator prejudicial à atividade do Partido revolucionário. É uma tendência burguesa que se contrapõe às atitudes de classe do proletariado. Seus seguidores dão à democracia valor universal, absoluto, sem considerar seus condicionamentos de classe. Atuam nas fileiras comunistas procurando atenuar as contradições do sistema capitalista. Opõem-se ao centro único de direção, ao centralismo democrático, que reputam uma aberração burocrática. Renegam a disciplina do Partido - as resoluções coletivas não teriam caráter obrigatório para todos os militantes. Só formalmente aceitam o centro único e a disciplina; na prática, comportam-se como liberais social-democratas. Não aplicam decisões que julgam inconvenientes, tratam de amenizá-las ou distorcê-las. É evidente que sem centro único marxista e sem disciplina igual para todos o Partido definha, perde sua combatividade, fragiliza-se. O liberalismo é um caminho aberto à degenerescência do Partido do proletariado revolucionário.

Da experiência vivida ressalta ainda o fato de a degenerescência ter começado geralmente nos órgãos dirigentes superiores do Partido. Neles, faltam vigilância de classe e um nível razoável de conhecimentos teóricos nas bases partidárias, podem ocorrer desvios de conseqüências ruins, por parte das direções.

Lênin dizia que para se saber se "um Partido é, ou não, autêntico Partido político operário, depende também de quem o dirige e do conteúdo de sua ação, de sua tática política". Dada a complexidade que assume a luta contra a burguesia, maiores devem ser as exigências aos dirigentes comunistas de fidelidade à causa do proletariado. Quem dirige não pode vacilar entre o caminho revolucionário e o caminho oportunista, sobretudo nas épocas de crises agudas. Tem de pôr em prática o centralismo democrático, apoiar-se na sabedoria coletiva. Não pode alterar em profundidade a orientação adotada sem ampla discussão nas fileiras partidárias, jamais sobrepor-se arbitrariamente ao conjunto da militância. Atitudes irresponsáveis ou negligentes em assuntos sérios do Partido e da causa que defende são inadmissíveis.

Mas o coletivo partidário somente desempenha a função que lhe cabe nas decisões fundamentais quando, teórica e politicamente, está à altura das circunstâncias. Isso exige a educação permanente dos comunistas, o constante trabalho ideológico nas fileiras da organização de vanguarda. Engels demandava dos militantes socialistas alto grau de consciência, vontade férrea e energia revolucionária. Comunista sem essa energia e vontade de vencer, pobre de conhecimentos teóricos, ajuda muito pouco à causa do socialismo. Essas qualidades não nascem com o indivíduo, são forjadas na luta, adquiridas também nos centros de preparação de quadros, nas escolas do Partido. Lênin afirmava que "não pode haver um forte Partido socialista sem uma teoria revolucionária que agrupe a todos os socialistas". Vale lembrar que no *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx, aparecem juntos, interligados, a teoria e o Partido em ação.

O fortalecimento da composição orgânica do Partido é outro tema que passa à ordem do dia. Para garantir força de combate e espírito de sacrifício na luta de classes, é indispensável atrair às fileiras partidárias os que mais sofrem com a exploração capitalista e latifundiária - os operários e os camponeses. E conquistar também a grande massa dos excluídos, dos que vivem na pobreza e passam duras privações. O Partido Comunista abriga em seu seio elementos de diferentes setores sociais. É bom que isso aconteça, mas é essencialmente operário (e popular) por sua ideologia e objetivos socialistas. As ilusões de classe manifestam-se geralmente nos escalões da pequena-burguesia e na área da denominada aristocracia proletária. Ao adquirir consciência política, quem luta melhor e mais abrangentemente pelo socialismo são os que nada podem esperar do regime capitalista, perverso e em decomposição.

Tais as observações que julgamos importantes para defender o Partido da degenerescência e consolidá-lo como organização de vanguarda do tipo leninista.

Cuidar do Partido foi sempre preocupação constante dos revolucionários proletários. Nos dias de hoje, essa preocupação deve ser ainda maior porque, na avaliação da luta secular pelo socialismo, evidencia-se que no Partido reside o fator determinante dos sucessos ou dos fracassos da Revolução e da edificação socialista. Cuidar do Partido para podermos dizer como dizia Lênin do Partido bolchevique: "Nele temos fé, nele vemos a inteligência, a honra e a consciência da nossa época".

João Amazonas (1912-2002)

militante do Partido Comunista do Brasil desde 1935 e um dos mais destacados dirigentes do PCdoB entre 1962 e 2002.

(Texto publicado originalmente na revista *Princípios* nº 40, fevereiro/março/abril 1996.

NOVO ESTATUTO PARA UM PCdoB FORTE, DISCIPLINADO, COMBATIVO E TRANSFORMADOR

O Projeto de Resolução Política invoca a questão de um partido revolucionário para o tempo presente, tempo de acumulação de forças para **renovar e reconstruir a alternativa socialista**. O novo Estatuto está a serviço disso. Em seu cerne estão postas questões essenciais a esse percurso: um Partido Comunista de **reafirmação da perspectiva revolucionária**, com **firme unidade** de suas fileiras, tendo por sustentação uma forte estrutura de **quadros avançados**. Só isso poderá permitir afirmar o PCdoB com amplas fileiras militantes, influente no cenário político, com extensa base de massas. Partido apto a articular a intervenção avançada nos palcos da luta de idéias, da luta social e da construção de amplas frentes políticas e atuação no âmbito de governos, indispensável à construção da hegemonia de forças avançadas por um novo projeto para o Brasil e pelo socialismo. O Estatuto deve propiciar o fortalecimento político, ideológico e orgânico do PCdoB, acentuando os elementos de preservação **contra as tendências pragmáticas e burocratizantes**.

Um novo Estatuto para o PCdoB é uma necessidade. Completam-se **20 anos de atuação legal** do PCdoB nas condições do país. Este é o mais longo período institucional de prevalência de democracia política, que se aprofundou com o governo Lula. Sob a égide da Constituinte de 88, conquistamos maiores liberdades de organização partidária sem ingerência direta do Estado.

Foram duas décadas de **rica e variada experiência política** para o povo brasileiro e para o Partido, desde o grande afluxo do movimento de massa que leva ao fim da ditadura militar, coroado com a Frente Brasil Popular em 89, até os anos de refluxo com a ofensiva neoliberal. Venceu, nesse caminho, a orientação política do Partido, com a vitória de Lula em 2002, em aliança com o PT e outras forças políticas e sociais, em busca da afirmação nacional, das liberdades e dos direitos sociais dos trabalhadores. Nesse período, ao lado da luta política pela união de largas forças e da luta de massas, o Partido atuou com mais destaque na luta institucional, ocupando posições de governo em diversas esferas de administração, inclusive com cargos eleitos sob sua legenda.

Foram igualmente anos de **profundas opções ideológicas**, postas à prova com a queda do Muro e a poderosa ofensiva anticomunista, ainda remanescente no plano das perspectivas. Resistimos, com base nas opções feitas desde 62 e renovadas no 8º Congresso em 1992. Persistimos na defesa de nossa identidade comunista e nos dispusemos a um esforço anti-dogmático, refletindo as exigências da luta política de classes nas condições próprias de nosso país, num mundo cada vez mais interdependente e em mudanças.

O fortalecimento do Partido nesses anos foi fruto dessas opções. Nelas se combina o **sentido de permanência** de uma corrente transformadora classista, marxista e revolucionária, com uma organização militante, com o **sentido de renovação**, como chave para sinalizar a sociedade mais amplamente sobre nosso projeto político e sobre a possibilidade de o PCdoB ser efetivo instrumento de ação militante de amplos contingentes sociais e posto de formação da consciência política avançada de cidadãos e cidadãs que são membros do Partido. Tributários da genial resposta leninista em renovação do marxismo em seu tempo, e da grande experiência revolucionária do século XX, queremos trilhar **caminhos originais**, sem modelo organizativo único de Partido, renovando concepções e práticas para atender aos problemas de nosso tempo, de nosso povo e de nossa tradição de lutas.

Esse é um processo em curso desde 8º Congresso. Agora o novo Estatuto proposto ao debate dá um passo avançado nessa direção. Recupera o atraso relativo em nosso esforço, que nesses 20 anos fez apenas alterações tópicas no Estatuto, em três ocasiões. Nosso debate completará assim um ciclo, para dar consistência maior à nova fase de acumulação estratégica de forças definida no Projeto de Resolução Política do 11º Congresso.

Na proposta de novo Estatuto se recolhe e sistematiza essa trajetória. Para elaborá-lo, o percurso foi o de **consolidar** o que se revela permanente em nossa concepção partidária, **aprimorar** com base na nossa experiência prática e **innovar**, para dar conta das exigências atuais da luta de classes, nas condições de nosso país.

Estatuto de partido político expressa sempre **concepções** que lhe são subjacentes. Em nosso caso, elas são explícitas e assumidas. Queremos-nos originais, para nós quer dizer seguir sendo firmes na defesa das concepções **leninistas, de princípios**, ao mesmo tempo **flexíveis** quanto ao modo de implementá-los e desenvolvê-los para a realidade de nosso povo e nosso país. Por isso, o novo Estatuto tem em seu âmago a **reafirmação aprimorada do centralismo democrático**, como princípio diretor da estruturação e funcionamento partidário, inclusive renovando instrumentos para garantir e preservar a unidade de ação política e disciplina de todo o Partido.

A forma adotada é a de que o Estatuto deve falar por si, expressar francamente como pensamos e praticamos nossa vida interna. Algo cuja leitura não seja árida e cujo estudo designe com objetividade, perante os novos contingentes militantes que ingressam no Partido, **como nos estruturamos e como funcionamos**. Por isso, não se optou por um caráter sintético, com centro apenas na normatividade. Deve-se a isso o aspecto fortemente valorativo que impregna o texto, a designar não apenas as normas, mas também o caráter de ser militante comunista, e adentrando até mesmo em componentes da política de estruturação partidária para a atual etapa.

Com a opção feita, o Estatuto partidário deixa de ser peça referida basicamente à esfera ideológica, irreduzível. Poderá ser passível de alterações a cada Congresso, ou complementado por normas e regimentos, aprimorando experiências e respondendo a novos fenômenos, sempre que for conveniente. **Partido Comunista não tem pressupostos a-históricos**, é coisa viva, reage ao tempo e à luta, e por isso carece de desenvolvimentos permanentes, na concepção e prática.

Disso, e também das disposições da legislação vigente no país, resultou a proposta em debate. Algumas de suas principais características, nos termos da dialética de consolidar, aprimorar e inovar foram:

1. A noção do Partido enquanto uma comunidade de filiados, militantes e quadros, associados em bases conscientes e livres, concebendo o Partido enquanto instrumento de constituição de compromissos militantes, estruturado como um sistema de organizações. Militância é e será cada vez mais uma marca distintiva para os partidos conseqüentes de esquerda e por isso queremos valorizá-la. Institui-se uma nova compreensão dialética da relação entre filiados, militantes e quadros, segundo deveres e direitos diferenciados e graus crescentes de responsabilidades, que se vão constituindo progressivamente. Trata-se o(a) filiado(a) como uma espécie de candidato(a) a membro, mas com direitos líquidos e certos a participar das reuniões do Partido e votar sua orientação, garantido pelo Estatuto, pela legislação do país e no interesse do Partido. Fixa-se o dever em contribuir financeiramente com o Partido, vinculando essa obrigação ao direito de eleger e ser eleito, materializado mediante a instituição da Carteira Nacional do Militante. Designa-se maior compromisso da militância com a estruturação do Partido, expresso na condição de militar regularmente em uma organização partidária, estudar, divulgar e contribuir. E institui-se a noção de quadros partidários, como esteio maior e coluna vertebral para a manutenção de caráter do PC. Inovou-se o critério de filiação de lideranças políticas, e instituiu-se a figura da filiação interna para dar conta do ingresso de figuras impossibilitadas por lei de fazê-lo publicamente.
2. Desenvolve-se a noção do centralismo democrático, mantendo a concepção do Partido como um todo uno, com uma única base teórico-ideológica, marxista-leninista. A concepção de unidade é materializada na ação política com uma única orientação e um único centro dirigente. O centralismo democrático é tratado como fator ativo de promoção da consciência revolucionária dos membros do Partido, e não como verdugo dos que divergem. A democracia interna está assentada na liberdade de opinião pessoal e na obrigação de defender e difundir obrigatoriamente as decisões partidárias. A instituição do voto secreto nas eleições internas é fator de aprimoramento democrático e valorização da confiança entre iguais no Partido.
3. Aprimora-se a disciplina partidária como processo em permanente construção, de responsabilidade individual e coletiva, no mais estrito e integral respeito à institucionalidade partidária. Constitui-se equilíbrio entre a instituição e a individualidade do(a) militante, dando garantias processuais a um e outro, aprimorando a tipificação e a processualidade das sanções disciplinares, preservando o Partido das pressões oportunistas pragmáticas. As sanções disciplinares são concebidas como sentenças políticas singulares para cada situação, sempre no espírito de educar o(a) sancionado(a) e o coletivo para a questão fundamental da unidade do Partido.

4. Há completa renovação da obrigatoriedade das contribuições financeiras obrigatórias ou especiais dos membros do Partido, segundo seu grau de responsabilidade. Institui-se a anuidade como forma de contribuição a ser gerida pelos Comitês Estaduais, dando direito à Carteira Nacional de Militante, expedida anualmente pelo Comitê Central e fator comprobatório da condição de eleger e ser eleito no Partido. Com isso se retoma em bases exequíveis a obrigação de todo o Partido sustentar a atividade da direção nacional e diversificar as fontes de receitas. Mantém-se e se aprimora o sistema de arrecadação nacional para todos os quadros dirigentes a partir de Comitês Municipais nas maiores cidades do país (por enquanto), e para os que exercem mandatos públicos em representação do Partido.
5. A estruturação do Partido é concebida desde o vértice até a base, própria de uma formação de combate que tem a consciência teórica e ideológica em plano fundante. As instâncias, organismos e órgãos de direção, são aprimorados em sua definição, e seus papéis são mais definidos institucionalmente. Inova-se no reforço dos mecanismos de consulta horizontais – Conferências, Encontros e Fóruns - que estimulem a participação militante na elaboração da linha partidária e possibilitem conferir a complexidade exigida ao trabalho de direção partidária. Aprimora-se democraticamente as convenções eleitorais como formas particulares de conferências, inclusive na instância nacional, antes inexistente. Consolida-se a idéia de planos de estruturação partidária como modo regular de cuidar melhor e permanentemente da estruturação partidária.
6. Há maior flexibilidade nas formas organizativas pela base, em correlação com o perfil e caráter mais largo de sua militância e, como decorrência, há inovação com respeito aos comitês distritais e instituição de outras formas de comitês sob direção dos comitês municipais. Reafirma-se o eixo estruturador - trabalhadores, juventude e intelectualidade -, adotando formulações organizativas novas e flexíveis em cada um deles, mas centralizando a noção de relações de trabalho como critério mais destacado para organizar a militância. Institui-se os *coletivos* como forma organizativa excepcional para abarcar de modo flexível estratos determinados de militantes, e aprimora-se a organização da juventude. Há uniformização do tamanho dos comitês partidários e uma relação aprimorada do trabalho de direção entre comitês, comissões políticas e secretariados, fixando o papel do(a) Presidente em cada instância, bem como a introdução obrigatória do(a) vice-presidente.
7. São desenvolvidas e inovadas as normas para a ação política de massas do Partido. Fixou-se a obrigatoriedade de todo sindicalista comunista atuar sob a Corrente Sindical Classista. Instituiu-se uma Conferência Nacional regular sobre a Questão da Mulher e um Fórum Permanente da Mulher do PCdoB. Consolida-se a original experiência da atuação obrigatória dos jovens comunistas em reforço da UJS. Para todas essas frentes aprimora-se o instituto das *frações*.
8. Foi regulado o papel dos comunistas no exercício dos cargos públicos, eletivos ou comissionados, indicados pelo Partido. Suas obrigações são diferenciadas para com o Partido, para fazer frente às pressões próprias desse tipo de atuação. Formula-se uma definição, ausente até então, do papel das bancadas enquanto órgãos do Partido dirigidos pelas comissões políticas, exigindo regimento próprio.
9. Numerosas frentes de trabalho passam a ter referência estatutária: a esfera da imprensa partidária, seu papel estruturante na vida do Partido, a obrigação de todos em sustentá-la e difundi-la; a posse de assinatura do órgão central como fator comprobatório alternativo de estar em dia com a contribuição financeira obrigatória; melhor definição do IMG como instrumento de trabalho voltado para a intelectualidade avançada e sob o qual se estrutura a Escola Nacional do Partido; a normatividade da administração do patrimônio do Partido e o aprimoramento das funções da Comissão de Controle, inclusive em seu papel de Conselho Fiscal, indispensável na institucionalidade partidária.
10. O novo Estatuto vai exigir normas, regimentos e resoluções para sua implementação, A concepção foi o de fixar o máximo de definições no próprio Estatuto, reduzindo ao mínimo a necessidade de normas complementares. Objetivamente, estas se referem apenas: a) ao trabalho de finanças, dispendo sobre a partilha do fundo partidário e demais recursos arrecadados das diversas fontes, bem como sobre o montante das contribuições especiais dos detentores de cargos públicos; b) composição, funcionamento e funções dos integrantes dos órgãos de direção; c)

regimento da Comissão de Controle; d) regimento da bancada parlamentar; e) norma para participação em governos. A idéia é já ir produzindo tais complementos, com as respectivas secretárias.

Buscamos um Partido Comunista de princípios, avançado e em sintonia com o tempo presente em nosso país. O novo Estatuto, em sua aplicação e desenvolvimento criativos, é instrumento para esse percurso. Sem dúvida, ensejará outros desenvolvimentos, quer sob o aprimoramento propiciado pelo debate coletivo, quer pelas normas, regimentos e resoluções ulteriores do Comitê Central que materializem suas premissas.

Aprovado neste 11º Congresso, deveremos tê-lo bem presente no cotidiano do Partido. Se se alcançou sistematizar por escrito o que fazemos na vida partidária, devemos passar a fazer do modo como está escrito, para tirá-lo do âmbito das coisas diáfanas, e confrontá-lo com a concretude dos desafios do curso real da luta. É isso o que buscamos: um Partido que diz o que pretende e faz aquilo que diz coerentemente, para merecer o respeito dos trabalhadores e de largas parcelas do povo brasileiros.

A Comissão de Redação do Estatuto partidário indicada pelo Comitê Central
25/6/05.